

# Religiosidade e decisão política: Problemas nas áreas de Política Externa e Gestão da Guerra<sup>1</sup>

## Religiosity and policy decision: problems in foreign policy and war management

Igor Castellano da Silva<sup>2</sup>  
Lorenzo de Aguiar Peres<sup>3</sup>

### Resumo

Há, no pós-Guerra Fria, uma notória ascensão de trabalhos que relacionam religião, religiosidade, crenças, valores e cultura às relações internacionais, à política externa e aos Estudos Estratégicos. Este artigo trata do problema mais amplo da influência da religiosidade – e de suas possíveis mediações no mundo secular (crenças, valores, cultura, ideologia) – na tomada de decisão política. Trata-se de um trabalho teórico de revisão bibliográfica que aborda estudos que identificam a influência de fatores simbólicos às políticas públicas e às subáreas de política externa e gestão da guerra. O argumento sustentado é eclético: a religiosidade importa (i) influenciando a construção das funções utilitárias próprias à escolha racional, (ii) como elemento parte da

---

1 O trabalho foi apresentado no II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2009.

2 Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGEEI/FCE/UFRGS), vinculado ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e ao Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), Porto Alegre/RS, Brasil. Mestre em Ciência Política pela mesma universidade e pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: igor.castellano@gmail.com.

3 Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bacharel em Relações Internacionais pela mesma universidade.

decisão em ambientes de racionalidade limitada e (iii) influenciando a produção de instituições informais e formais que constroem a tomada de decisão política.

**Palavras-chave:** Religiosidade, Políticas Públicas, Política Externa

### **Abstract**

In the post-Cold War there is a noticeable rise of studies associating religion, religiosity, beliefs, values, and to the international relations, foreign policies and Strategic Studies. This article deals with the wider problem of the influence of religiosity – and its possible mediations in the secular world (beliefs, values, culture, ideology) – in political decision-making. This is a theoretical work of literature review that discusses studies which identify the influence of symbolic elements in public policies and its subareas of foreign policy and war management. The sustained argument is eclectic: the religiosity matters (i) influencing the construction of utility functions of the rational choice, (ii) as an element part of the decision in environments of bounded rationality and (iii) influencing the production of formal and informal institutions that constrain the political decision-making.

**Keywords:** Religiosity, Public Policy, Foreign Policy

## Introdução

É crescente, no debate atual das Relações Internacionais (RI), a preocupação em observar a influência de crenças religiosas na tomada de decisão em política externa. Discute-se, cada vez mais, a neutralidade do Estado (espaço público) em relação à interferência de fatores não laicos (Burity, 2000; Berger *et al*, 1999; Hurd, 2007). Seja pelo debate da conduta externa de países islâmicos (Halliday, 1996; Tibi, 2002 e 2007) ou da influência da direita religiosa no período neoconservador dos EUA (Fonseca, 2007; Lins da Silva, 2009), o tema da religiosidade provoca a predição weberiana da secularização. Mesmo com a fragilidade de algumas abordagens (Huntington, 1993 e 1996), é evidente o retorno da religião às Relações Internacionais (Fox e Sandler, 2004; Petito e Hatzopolous, 2003; Hanson, 2006).

No que concerne à segurança internacional, análises que levam em conta a influência da religião na formação de políticas de defesa dão estatuto de legitimidade ao debate na área dos estudos estratégicos (Seiple e Hoover, 2004; Burleigh, 2006).

Ademais, mesmo de forma indireta, abordagens aparentemente díspares, como a Teoria Crítica (Cox, 1986; Hoffman, 1989), o construtivismo (Onuf, 1989; Wendt, 1992; Kratochwil, 1989), o jogo de dois níveis (Putnam, 1988) e o realismo neoclássico (Schweller, 2003; Zakaria, 1999; Rose, 1998), abrem caminho (1) para teorias que se preocupam com elementos internos aos Estados e (2) para estudos que ressaltam o papel de valores, crenças e ideias na conformação de políticas externas.

Todavia, percebe-se que esse debate se insere em um contexto mais amplo das políticas públicas: o nexos entre religiosidade e decisão política. A partir desse tema, busca-se responder a seguinte pergunta: “por que a religiosidade influencia na tomada de decisão política?”. Entende-se que a religiosidade é uma das bases de formação de valores e ideologias – os quais, em um ambiente de incertezas e indeterminação de resultados, são necessários, embora não suficientes, para a tomada de decisão política. Como objeto, são abordados os principais estudos

teóricos que relacionam a religiosidade, e suas possíveis conexões simbólicas, com o processo de tomada de decisão em políticas públicas, dando prioridade à política externa e à gestão da guerra.

Trata-se de um trabalho teórico de revisão bibliográfica que procura explicar as políticas públicas (variável dependente – VD) a partir do fator religiosidade (variável independente – VI) e de sua influência na tomada de decisão política (variável interveniente – VInt). Foca-se nos indicadores “política externa” e “gestão da guerra”.

Como referencial teórico acerca da influência da religiosidade na conduta individual e coletiva, buscam-se perspectivas sobre como ela influencia a construção de elementos ideológicos dentro da esfera social a partir de suas devidas mediações (crenças e valores). Teóricos como Marx, Durkheim, Weber e Pareto fundamentam os argumentos. Para a abordagem do processo decisório em políticas públicas, utiliza-se a obra referencial de Wayne Parsons (1995) como base para identificar as principais correntes teóricas sobre o tema. Para uma compreensão mais específica do processo decisório em política externa são adotados os trabalhos de Valerie Hudson (2005) e de Laura Neack *et al* (1995), com destaque para a Teoria do Código Operacional, desenvolvida por Nathan Leites (1951, 1953) e posteriormente refinada por Alexander George (1969, 1979), Ole Holsti (1977) e Stephen Walker (1983, 1990). No que se refere à gestão da guerra e à administração dos meios militares, são abordados os temas (i) da guerra justa e da moralidade na guerra, (ii) da influência da cultura na doutrina militar (cultura estratégica) e (iii) do problema do comportamento do combatente.

O argumento (hipótese) é que, para a esfera das políticas públicas, mais especificamente a da tomada de decisão em política externa e na gestão da guerra, a religiosidade importa em três aspectos: (1) influenciando a construção das funções utilitárias próprias da escolha racional; (2) em ambientes de racionalidade limitada (para utilizar a expressão de Herbert Simon), como elemento parte da decisão; (3) interferindo (mesmo que de maneira remota e mediada) sobre regras, identidades e ideias em instituições formais e informais (March & Olsen, 1989; Meyer & Rowan, 1977; Finnemore, 1996).

## Conceitos Sociológicos do Simbólico<sup>4</sup>

Este trabalho objetiva identificar as análises que tratam da influência do elemento religiosidade no âmbito da tomada de decisão em políticas públicas, com foco em política externa e na gestão da guerra. Isto é realizado não apenas quando se relaciona à religiosidade diretamente, mas também quando se identifica a influência de fatores simbólicos – os quais a religiosidade pode auxiliar a construir, tais como crenças, valores, cultura e, mesmo, ideologia. Portanto, cumpre inicialmente conceituar esses termos.

A fim de se compreender de que forma a religião pode influenciar o comportamento humano de maneira politicamente relevante – isto é, de que forma ela é refletida em ações – é preciso primeiramente definir com maior clareza o que se entende por religião. Uma forma inicial de se abordar o fenômeno religioso é pela concepção da existência do sagrado.<sup>5</sup> Este pode ser compreendido como a “manifestação” de forças que extrapolam aqueles fenômenos caracterizados como cotidianos, profanos.<sup>6</sup> O estudioso romeno Mircea Eliade dá a isso o nome de “hierofania”, que em grego significa “algo sagrado revela-se para nós”. Eliade tributa essa visão do sagrado à Rudolf Otto, que entende o conceito como *das ganz Andere*<sup>7</sup>, ou seja, aquilo que é ab-

---

4 O “simbólico” é aqui compreendido como um produto que possibilita a abertura de múltiplas significações – diferentemente do “sinal”, que representa elementos conhecidos. Uma interpretação de um símbolo, por exemplo, jamais esgota o repertório de significados ou sentimentos que um indivíduo pode vivenciar. Da possibilidade de despertar diferentes significações, o simbólico faz emergir um sentido a partir do inconsciente. Ou seja, propicia uma espécie de revelação singular a cada um que de alguma forma se relaciona com aquele elemento simbólico.

5 Sagrado se refere a tudo que é associado à religião ou que é digno de veneração, àquilo que é “separado e consagrado”.

6 Fenômenos profanos são aqui entendidos como aqueles que se enquadram dentro da ordem e realidade natural dos homens.

7 Do alemão, “inteiramente outro”. Rudolf Otto sugere que a religião é “uma dimensão especial da existência, a que chama de *mysterium tremendum*

solitamente distinto de tudo o mais e, por essa razão, não pode ser descrito pela linguagem comum.

Uma vez que o sagrado constitui-se em uma categoria universal da experiência humana, ainda que se observe um “desencantamento do mundo” – ou uma reconfiguração da relação entre o profano e o sagrado, assim como uma rediscussão da estrutura dessa lógica binária – não é possível imaginar o fim da religião ou o desaparecimento do homo religiosus.

Uma segunda maneira de se buscar uma compreensão mais ampla do conceito de religião é a partir da etimologia da palavra. Observa-se que ela vem do vocábulo latino *religare* (ou *religio*), onde *re* significa “novamente” e *ligare* significa “ligar, vincular, unir”. É importante observar que tanto em mitologias ocidentais como orientais a imagem da criação do mundo contém, de alguma forma, a noção de separação entre o homem e Deus, isto é, entre o profano e o sagrado.<sup>8</sup> É na busca constante pelo restabelecimento da conexão com Deus que está a origem da religião. A “religiosidade”, por sua vez, é o esforço de suprir os limites e as necessidades humanas com aquilo que é transcendente. A religiosidade se expressa em todas as manifestações externas de confiança ou de dependência com relação ao sagrado.<sup>9</sup>

---

*et fascinosum* (em latim, “mistério tremendo e fascinante”). É uma força que por um lado engendra um sentimento de grande espanto, quase de temor, mas por outro lado tem um poder de atração ao qual é difícil resistir” (Gaarder, Hellern e Notaker, 2005:20).

8 Na Bíblia, por exemplo, é descrita a criação do mundo e a posterior expulsão do homem do paraíso. Nessa imagem da criação desde o começo Deus e o homem são distintos, pois o homem é feito à imagem do criador, não sendo uno com ele ou com o universo. Da mesma pode-se observar a idéia de separação no mito de criação hindu descrito no Brhadaranyaka Upanishad, o mais antigo Upanixade contido na obra Vedas. Nesse mito é o próprio deus que se divide e torna-se toda a criação, de forma que todo o universo é uma manifestação daquela substância primordial onipresente. Para uma descrição mais detalhada desse mito, ver Campbell (2004).

9 Cumpre salientar que a religiosidade já foi-nos colocada por Hegel como valores éticos e morais individuais básicos para os valores coletivos. Ademais,

A partir da definição desta meta – a busca pelo restabelecimento do vínculo com o transcendente – os indivíduos definem uma série de crenças<sup>10</sup> e valores<sup>11</sup> que acreditam poder auxiliá-los na aproximação com o sagrado, ou mesmo legitimar as suas próprias ações. Fica mais evidente, portanto, que os valores introjetados pelos indivíduos têm relação direta com a sua experiência religiosa e influenciam seu comportamento enquanto atores sociais.<sup>12</sup> Entende-se, assim, que valores e crenças podem constituir-se variáveis independentes – ainda que não únicas e exclusivas.<sup>13</sup>

A cultura por sua vez é aqui definida, por influência de Bourdieu, como um conjunto polivalente – compreendido assim como um conjugado de

---

Marx produziu de forma subjacente ao seu projeto de crítica da economia política, uma teoria que ressalta a religiosidade como o sociometabolismo simbólico das sociedades mercantis, sobretudo das capitalistas. Conclui-se, pois, que a religiosidade opera como uma das formas mais relevantes do sistema cultural.

10 A religiosidade influencia a formação dos sistemas de crenças. Esse processo de refração faz parte do que Durkheim identificou como a construção dos guias de avaliação e de ação, os quais são selecionados racionalmente pelos indivíduos. O paradigma durkheimiano questiona a própria concepção simplista que pretende ver nas crenças uma manifestação irracional. Pareto também auxilia-nos na compreensão desse processo ao perceber a transformação dos sentimentos, ou crenças, em valores pseudo-objetivos, quando racionalizados sob a forma de “derivações”.

11 Os sistemas de crenças servem de base para a construção de valores e ideologias. Partindo dos conceitos de Boudon e Bourricaud (2007), valores são visões de mundo, ou seja, combinações complexas de crenças e preferências, cuja estabilidade é problemática.

12 Para Durkheim (1989) e Weber (2004) a unidade social é assegurada pelos valores incorporados pelos indivíduos e, posteriormente, partilhados e assimilados por eles.

13 Aqui é tomada como referência a obra de Max Weber “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”, de onde se conclui que as crenças “podem desempenhar o papel de variáveis independentes, ou seja, podem aparecer como causa e não como efeito, não só no desenvolvimento individual, mas também na mudança social” (Boudon e Bourricaud, 2007: 113).

formas simbólicas disponíveis publicamente e relevantes para as linhas de ação dos indivíduos. Entretanto, tal concepção não é consensual. Os conceitos de cultura são diversos (em 1952, Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn identificavam mais de cento e cinquenta) e situam-se em um gradiente entre o caráter subjetivo (visões de mundo) e o objetivo (modelos de comportamento).

Os diversos elementos que surgem condensados no termo cultura fazem ressaltar, por um lado, a dimensão *descritiva* e *cognitiva* da cultura; as *crenças e as representações sociais* da realidade natural e social, ou as *imagens* do mundo e da vida, que contribuem para explicar e definir as identidades individuais, as unidades sociais, os fenômenos naturais; por outro, a dimensão *prescritiva* da cultura, enquanto conjunto de *valores* que indicam objetivos ideais a prosseguir, e de *normas* (modelos de ação, definição dos papéis, regras princípios morais, leis jurídicas, etc.) que indicam o modo segundo o qual os indivíduos e as coletividades devem comportar-se. (Crespi, 1997:14. Grifos do autor)

Dessa forma, Franco Crespi caracteriza a cultura de forma ampla; ressalta suas capacidades: de ser um substituto social do instinto (produzindo pontos de referências para a ação), de mediação simbólica (nas relações dos indivíduos com o seu próprio eu, com os outros e com as coisas) e de redução da complexidade na sociedade (fornece, em diferentes situações sociais, explicações e representações e seleciona, a partir das infinitas possibilidades de ação, alguns modelos de comportamento específicos e variáveis) (Crespi, 1997). Alinhado a este tipo de percepção está o conceito de sistema cultural de Boundon e Bourricaud (2007), que inclui elementos tais como estruturas, técnicas, instituições, normas, valores, mitos e ideologias.

A definição aqui proposta é um pouco mais restrita. Parte de um fundamento comum que percebe a cultura como um processo so-

cial<sup>14</sup>, histórico<sup>15</sup> e particular, em constante construção e mutação<sup>16</sup>. Opõe-se, contudo, a alguns equívocos cometidos pelas conceituações produzidas pela antropologia culturalista e sugere um conceito que defina distinções entre cultura e instituições (se é que elas existem).

No primeiro caso, procura-se (1) fugir da noção totalista que tende a supor que todos os membros de uma sociedade pertencem a uma cultura única (sistema comum de valores); (2) evitar a percepção de que valores e demais elementos do sistema cultural formam programas que regulam de forma mecânica o comportamento dos indivíduos; e (3) descartar a concepção de que a cultura forma toda a realidade.

No segundo caso, optou-se aqui, assim como fez Jack Snyder (2002), por limitar o conceito de cultura como um conjunto de símbolos, a partir dos termos de Clifford Geertz. Esse conceito mais restrito exclui, em princípio, a dimensão prescritiva dos modelos de comportamento. O conceito aproxima-se à noção de imaginário construída por Gilbert Durand, que assume este como um sistema onde se situam imagens simbólicas e representações míticas de uma sociedade.<sup>17</sup> A função dessa opção é a tentativa de diferenciação entre cultura e instituições (informais, mas também formais). Enquanto que a primeira seria caracterizada pelo conjunto de símbolos relevantes, a segunda seria

---

14 “Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade” (Santos, 1994:44).

15 “Efetivamente, a cultura configura-se como um patrimônio de sedimentação de experiências, representações e valores transmitidos através da linguagem, dos textos escritos, dos monumentos, etc., que estão na base da *memória* individual e coletiva” (Crespi, 1997:27. Grifo do autor)

16 “Nada do que é cultural pode ser estanque, porque a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental” (Santos, 1994:47).

17 O imaginário é uma “representação incontornável, a faculdade de simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde cerca de um milhão e meio de anos que o homo erectus ficou em pé na face da terra” (Durand, 1999:117). Em suma, os mitos não se esgotam no conteúdo normativo que ajudaram a produzir.

distinguida por esse conjunto já transformado em um “padrão convencional de comportamento para o qual expectativas convergem” (tradução nossa de Snyder, 2002:15).<sup>18</sup>

Apesar de Douglas North conceituar cultura de forma mais ampla que a supracitada, sua noção de instituição é válida para nossa análise. Para o autor, “instituições incluem qualquer tipo de constrangimento que seres humanos inventam para moldar a interação humana” (tradução nossa de North, 1990:4). Assim, “em condições de informação limitada e limitada capacidade computacional, [estes] constrangimentos reduzem custos da interação humana quando comparado com um mundo sem instituições” (tradução nossa de North, 1990:36). Estas instituições, ou melhor, estes constrangimentos podem ser divididos em informais<sup>19</sup> e formais<sup>20</sup>.

Finalmente, os conceitos de ideologia também são diversos. Este trabalho percebe as ideologias como um sistema de valores e crenças que, mesmo já não recorrendo diretamente às noções de sagrado e

---

18 Uma posição semelhante é a defendida por Samuel Huntington. Para o autor “interessam os efeitos da cultura sobre o desenvolvimento da sociedade; se cultura incluir tudo, não explicará nada” (2002:13)

19 Instituições informais ou, como North prefere, constrangimentos informais surgem “da informação socialmente transmitida [...]” (tradução nossa de North, 1990:37). Mais delimitadamente, são (i) extensões, elaborações e modificações de regras formais; (ii) normas de comportamento socialmente sancionadas e (iii) padrões de conduta internamente impostos. No último caso, recorda-se que “fortes crenças religiosas ou comprometimento com o comunismo, por exemplo, nos fornece exemplos históricos dos sacrifícios que indivíduos fizeram por suas crenças” (tradução nossa de North, 1990:42).

20 Constrangimentos, ou instituições, formais se diferenciam das informais em grau (North, 1990:46). Por um lado, regras formais podem complementar e aumentar a efetividade de constrangimentos informais. Por outro, podem decretar a modificação, a revisão ou a substituição de constrangimentos informais, o que se relaciona com os interesses e a capacidades de barganha das partes envolvidas (Knight, 1992). Em suma, regras formais incluem “regras políticas (e judiciais), regras econômicas e contratos” (North, 1990:47).



## Políticas Públicas, Tomada de Decisão e Fatores Simbólicos

A tomada de decisão é um processo que ocorre entre a elaboração do projeto de uma política ou programa e a sua implementação. Ao analisar o processo de tomada de decisão na definição de políticas públicas, como política externa e gestão da guerra, busca-se compreender quais fatores interferem na elaboração dessa política e quais serão as conseqüências da interação desses fatores. Além disso, é importante perceber que o processo de tomada de decisão ocorre em diversas arenas e em diferentes níveis, o que o torna complexo e, muitas vezes, não retilíneo.<sup>21</sup>

A análise da tomada de decisão política requer uma compreensão mais ampla da interação entre valores e fatos, isto é, entre “ideias e crenças” de um lado e “informação e realidade” de outro.<sup>22</sup> É importante, portanto, examinar a tomada de decisão como um processo, onde a interação entre valores e fatos – de certa forma, indissociáveis – caracteriza a dinâmica de todo o processo.<sup>23</sup>

Importa também justificar a percepção aqui adotada de que política externa e gestão da guerra se constituem como políticas públicas. A despeito da posição de alguns autores que compartilham diretamente

---

21 É preciso observar que o processo de construção de políticas públicas pode ser entendido como um ciclo que inclui diferentes estágios como: a definição de uma meta ou problema a resolver, a identificação de alternativas e possíveis respostas para atingir a meta ou resolver o problema, a avaliação dessas alternativas, a seleção da melhor opção – que se constituirá na própria política pública -, a implementação dessa política e, finalmente, a avaliação do resultado. Para maiores informações sobre estágios das políticas públicas, ver Parsons (1995), Simon (1945), Lasswell (1956), Mack (1971), Rose (1973), Jenkins (1978) e Hogwood & Gunn (1984).

22 Na Psicologia o primeiro grupo é denominado “variáveis A”, enquanto que o segundo grupo se refere às “variáveis K”. É, portanto, a interação entre “A” e “K” que caracteriza o processo de decisão política.

23 Cabe enfatizar a constante interação entre os dois elementos, já que “fatos” moldam “valores” e vice-versa.

ou indiretamente a postura de Raymond Aron (2002), ao focar nas características particulares e no caráter autônomo (isolamento) da política externa, aqui se trata a política externa como política pública. Isso, porque é alimentada por constrangimentos e interesses tanto externos quanto domésticos e porque, a despeito de ser em geral menos suscetível ao controle público, é crescentemente colocada sob a inspeção das instituições poliárquicas e do interesse público. A gestão da guerra segue o mesmo pressuposto, na medida em que se insere no âmbito da política externa em sentido amplo (política de segurança e de defesa). Noções de interdependência (intensificação dos fluxos de interação entre os ambientes interno e internacional) e de poliarquia (caráter normativo de controle e regulação de/entre poderes e entre civis e militares) levam à ideia de conexão inerente entre política interna, externa e internacional como parte de um mesmo *continuum* e por sua vez de a política externa como política pública (Milner, 1997; Sanchez et al, 2006). Para Terchek e Piper (1983), “política externa é política pública da mesma forma que política doméstica é política pública. Ambas constituem-se como política pública porque envolvem a alocação de recursos por parte de uma autoridade e a promoção ou proteção de valores através de instituições e processos governamentais” (tradução nossa de Terchek e Piper, 1983:1). Assim, política doméstica e política externa são apenas “aspectos diferentes da mesma questão” (Ibidem).<sup>24</sup>

---

24 Esta percepção está vinculada ao desenvolvimento na concepção da análise de políticas públicas, que, além de considerar as decisões tomadas e suas alternativas (viabilidade e custos), busca superar a percepção tradicional de que a política externa é um processo puramente racional e livre de pressões da política doméstica. Na prática, enquanto que questões vinculadas à guerra e paz e a opções estratégicas dos países, além da iniciativa de PE e a sua implementação, ainda ficam muito restritas a elites políticas geralmente restritas ao executivo e muito distantes do “público”, questões diversas como imigração, investimento externo direto, políticas ambientais, controle marítimo, desarmamento/control de armas, direitos humanos, e outros elementos vinculados à intensificação do processo de globalização têm aumentado o debate público sobre política externa e reduzido o seu isolamento das questões domésticas, incentivando a barganha e o comprometimento. As competências próprias do Congresso nacional (funções legis-

Diferentes abordagens a respeito da formação de políticas públicas possibilitam a análise do processo de tomada de decisão sob diversos ângulos. Ainda assim, é interessante notar que a maior parte dessas abordagens de alguma forma valoriza a inclusão de variáveis simbólicas como aspectos relevantes para a compreensão do processo de decisão política e da formação de políticas públicas.<sup>25</sup>

O modelo analítico que enfatiza o aspecto do poder, por exemplo, destaca a existência de dimensões do poder que extrapolam o simples controle de “A” sobre “B” pela força.<sup>26</sup> Há, como enfatiza John Gaventa, aspectos do poder e da dominação que são ocultos e pouco estudados por aqueles que se dedicam à análise do poder. Entre esses aspectos incluem-se os mitos, a linguagem e os símbolos – e a forma como são moldados e manipulados ao longo do processo de tomada de decisão (Gaventa, 1980).<sup>27</sup> Harold Lasswell, em 1941, já examinava a capacidade de elites de, em determinados momentos, manipular e distorcer formas de comunicação e símbolos ao seu favor (Lasswell, 1941).

Da mesma forma, a abordagem que se dedica à análise do compor-

---

lativas e de supervisão, aprovação de tratados, alocação de recursos e veto ao presidente) contribuem para isso, na medida em que “*as the domestic dimension of the public policy increases in relation to the foreign dimension, the role of the Congress correspondingly increases, and the policy-making process assumes more of the characteristics usually associated with the formulation of domestic policy*” (tradução nossa de Terchek e Piper, 1983:3). No caso do Brasil, com novas emendas constitucionais relacionadas ao equilíbrio Executivo-Legislativo e às suas respectivas competências quanto à política externa, há certo “adensamento” do continuum entre política interna, externa e internacional e a crescente caracterização empírica da política externa como política pública (Sanchez et al, 2006:132).

25 Ainda que se observem diferentes concepções acerca do mecanismo de tomada de decisão em políticas públicas, essa diferença não representa um conflito teórico, mas sim uma interação entre distintas perspectivas que dialogam entre si e que, por vezes, se complementam (ver Souza, 2006).

26 Ver Bachrach & Baratz (1970) e Crenson (1971).

27 Ver também Lukes (1974).

tamento da burocracia, e ao papel desta na formulação de políticas públicas, também examina aspectos como valores e crenças na tomada de decisão. Kenneth Boulding, diferentemente de outros autores<sup>28</sup>, não acredita no interesse próprio como o principal fator de motivação do comportamento humano. Para ele, existem três categorias de poder: o poder de ameaçar, o poder econômico e o poder de integração. Esse último, de acordo com Boulding, seria o mais importante, pois representa a legitimidade; e, nem o poder de ameaçar, nem o poder econômico podem se projetar muito na ausência de legitimidade (Boulding, 1990).<sup>29</sup> Além disso, Boulding enfatiza o papel das imagens na tomada de decisão em políticas públicas. Para ele, os indivíduos e grupos compartilham imagens públicas – isto é, valores – que determinam seu comportamento e constituem poderosas estruturas de pensamento resistentes à mudança, cuja modificação exige algo parecido com uma revolução (Boulding, 1956).<sup>30</sup>

O estudo da tomada de decisão a partir de enfoques que tratam da personalidade, do processamento de informação e da cognição – com forte amparo da Psicologia – também traz importantes contribuições para a análise da influência de fatores simbólicos na decisão política. Lasswell é novamente uma importante referência ao tratar do processo de tomada de decisão como um mecanismo de criação, obtenção e utilização de diferentes valores (Lasswell, 1948).<sup>31</sup> O autor expressou suas ideias sobre tomada de decisão na seguinte fórmula:  $p \} d \} r = P$  (onde “p” significa “motivos privados”; “d” o “deslocamento em direção a objetivos públicos”; “r” a “racionalidade em função do in-

---

28 Como Gordon Tullock (1976) e Anthony Downs (1967).

29 Aqui fica clara a referência a Gramsci ao se abordar o papel dos valores na dominação e na construção da legitimidade.

30 Ver também Galbraith (1967), onde é abordado o papel da “sabedoria popular” como condicionante da opinião pública na construção de ideias e mitos que influenciam a formulação de políticas públicas.

31 Wallas (1908) já criticava o fato de a Ciência Política negligenciar as possíveis contribuições da Psicologia – no que se refere às emoções humanas e as “irracionalidades” – para a análise da tomada de decisão.

teresse público” e “P” o “homem político”). A fórmula indica que a tomada de decisão do homem político surge da interação entre suas motivações e interesses pessoais com aqueles que seriam os objetivos e as aspirações da sociedade. Nota-se, portanto, que Lasswell preocupava-se com a forma pela qual os valores ajudam a moldar a tomada de decisão. É também relevante a análise da decisão política elaborada por Geoffrey Vickers. Para ele, a formulação de políticas e a tomada de decisão são atividades complexas onde os juízos de realidade dos atores sociais se adaptam aos seus juízos de valor, e onde problemas nunca se resolvem da maneira sugerida no estabelecimento das metas (Vickers, 1965).<sup>32</sup>

No que concerne à abordagem da racionalidade, é fundamental ter em mente que todo processo de tomada de decisão envolve a noção de racionalidade, entendida como a utilização dos meios mais adequados para se chegar aos fins procurados.<sup>33</sup> A relação entre os meios disponíveis para se atingir determinados objetivos é afetada em função de um ambiente de incerteza constante, gerado pela limitação humana de analisar toda a informação e todas as alternativas disponíveis para a tomada de decisão.<sup>34</sup> Esse ambiente de incerteza propicia apenas a existência de uma “racionalidade limitada”, como sugere Herbert Simon (1957), o que abre espaço para a atuação de diversos fatores que interagem ao longo do processo de tomada de decisão. Com isso, elementos de ordem psicológica, moral e religiosa ganham espaço na formação da tomada de decisão, pois a racionalidade, nesses casos, poderá eventualmente depender dos valores nos quais o agente em questão crê. Esse homo sociologicus atua conforme uma “racionalidade

---

32 Ver também análise de Young (1977), onde é examinado o papel de crenças e valores no processamento das informações para a tomada de decisão. O autor enfatiza a influência de aspectos “subconscientes” na formulação de políticas.

33 A construção dessa racionalidade, no entanto, jamais é completa, de maneira que não há racionalidade pura ou absoluta.

34 Quanto a esse ambiente de incerteza, Boudon e Bourricaud sugerem que “de maneira geral, a estrutura da situação de incerteza não impõe de maneira evidente um critério de racionalidade em relação aos outros” (2007:456).

em relação aos valores”, como aponta Max Weber (1991), diferindo do modelo idealizado do *homo economicus*, que se baseia na aquisição de informação completa e regular, comparação, escolha e, finalmente, ação baseada na alternativa que envolve a maximização de benefícios e minimização de custos.<sup>35</sup>

Além do papel dos valores, crenças e mitos como informação afetiva no quadro da racionalidade limitada, é importante perceber a relevância desses fatores para a própria construção de preferências. Ao aderir a uma crença específica, e não a outra, o indivíduo está efetuando uma escolha que lhe parece perfeitamente racional, pois ela de alguma forma expressa melhor e mais convincentemente o sentido daquela situação. Isso mostra que as crenças servem como uma forma de orientação das ações e da conduta humana, dando sentido e legitimando a atuação dos indivíduos (Boudon e Bourricaud, 2007).<sup>36</sup>

Outra percepção acerca do papel da religiosidade, e de suas mediações do sagrado ao secular (crenças, valores, cultura, ideologia), na tomada de decisão em políticas públicas situa-se no âmbito institucional. Esse viés é abordado atualmente pela escola neoinstitucionalista, que surgiu

---

35 Alguns autores produziram incrementos importantes à análise da “racionalidade limitada” de Herbert Simon. Yehezkel Dror se situou em um *continuum* entre Simon e Lasswell, e assumiu que a formulação e a tomada de decisão em políticas públicas possuem subfases racionais e extrarracionais. Destarte sustenta o ideal de racionalidade integral, também buscado por Simon, mas adota o argumento de Lasswell em relação aos elementos irracionais da tomada de decisão e a necessidade de levar em conta os valores (Dror, 1989). A Teoria da Lata de Lixo também sofisticou a abordagem de Herbert Simon, assumindo que praticamente todas as soluções se relacionam com qualquer problema quando contemporâneos (Cohen et al, 1972; March e Olsen, 1976). Assim, os valores são complexos, o conhecimento é incerto, as regras são confusas e a tomada de decisão envolve um grande volume de elementos simbólicos (Cyert e March, 1992: 235-238).

36 Uma determinada crença ou mito auxiliam, portanto, na interpretação da realidade, fornecendo pontos de apoio e sustentação por meio dos quais os atores podem justificar (até para si mesmos) seus objetivos e meios de ação

como contraposição ao velho institucionalismo formalista e às teorias comportamentalistas (dominantes nas décadas de 1950, 60 e 70) (Peters, 1999). Dentre as diversas correntes internas a escola<sup>37</sup>, duas são mais relevantes para este trabalho: o institucionalismo histórico e o institucionalismo sociológico.

O institucionalismo histórico surgiu para contrapor e superar algumas das proposições estruturo-funcionalistas dominantes na Ciência Política dos anos 60 e 70.<sup>38</sup> Uma característica marcante dessa corrente é o fato de ter trazido o Estado de volta ao primeiro plano de análise, e tratá-lo como um agente que estrutura a natureza e o resultado de conflitos.<sup>39</sup> Além desse elemento central, Hall e Taylor (2003) identificam quatro características principais dos teóricos do institucionalismo histórico, dentre as quais a mais importante se refere ao fato de alguns autores trazerem a cultura, as idéias e as crenças para uma cadeia causal que explica o desenvolvimento histórico das instituições.<sup>40</sup> Pierson e

---

37 Ver Peter A. Hall e Rosemary C. R. Taylor (2003) e Guy Peters (1999).

38 Os autores do institucionalismo histórico buscavam se utilizar de algumas percepções caras aos estruturo-funcionalistas – como o enfoque de grupos, os conflitos entre esses grupos e a distribuição desigual de poder entre eles. Por outro lado, criticavam a percepção de alguns autores desta corrente de sobrevalorizar as características sociais, psicológicas e culturais dos indivíduos como responsáveis por boa parte do funcionamento do sistema (Hall e Taylor, 2003:195).

39 Para exemplos, ver Evans et al (1985), Krasner (1978) e Katzenstein (1978).

40 Para Hall e Taylor (2003), a primeira das quatro características principais dos teóricos do institucionalismo histórico se refere ao fato de que estes teóricos em geral recorrem a duas perspectivas supostamente conflitantes acerca do comportamento individual (perspectiva calculadora e perspectiva cultural) quando observam a relação entre instituições e ações. A segunda característica concerne à importância que esses teóricos atribuem às assimetrias nas relações de poder. A terceira característica diz respeito à importância dada aos desenvolvimentos históricos particulares – que salienta a trajetória percorrida dos sistemas (*path dependence*) e as propriedades herdadas do passado. Isso, sem esquecer-se dos períodos de descontinuidades (situações críticas), geralmente dadas por crises econômicas e conflitos militares, em que um novo trajeto se inicia (ver Skocpol, 1979). A quarta característica,

Skocpol (2002) também percebem a relevância de variáveis culturais para a composição de no mínimo duas das três principais características que distinguem no neoinstitucionalismo.<sup>41</sup>

O institucionalismo sociológico surgiu em fins dos anos 1970 no âmbito da teoria das organizações (Finnemore, 1996). Alguns teóricos dessa área começaram a perceber a importância da cultura como elemento de influência nas práticas organizacionais.<sup>42</sup> Foram influenciados por autores consagrados que já haviam trazido o debate sobre instituições à sociologia, como Max Weber, Emile Durkheim (ciência das instituições), Talcott Parsons (estrutura e função), Philip Selznick (sistema de valores) e S. N. Eisenstadt (Peters, 1999). Assim, a partir dos primeiros sociólogos de Stanford<sup>43</sup>, o institucionalismo sociológico contemporâneo expandiu-se e distinguiu-se por três características principais, todas elas trazendo a cultura ao primeiro plano de análise.<sup>44</sup>

---

e mais importante para este trabalho, se refere ao fato de que esses teóricos tendem a relacionar as instituições em uma cadeia causal que inclui outros fatores como o desenvolvimento socioeconômico e as idéias e crenças (ver Goldstein, 1988; Weir, 1989; e Sikking, 1991).

41 Para Pierson e Skocpol (2002) o neoinstitucionalismo é caracterizado por (1) formular perguntas grandes e substantivas, (2) traçar processos históricos, (3) analisar as instituições em seu contexto. No segundo ponto, os autores ressaltam o papel das formas de pensar sobre o mundo político como um elemento que reforça as dinâmicas da dependência de trajetória (:6-7). No terceiro, enfatizam que as variáveis de interesse são geralmente influenciadas por contextos institucionais, epocais e culturais (:15).

42 Notava-se que, ao invés de adotar de padrões por sua maior eficiência em termos tradicionais de racionalidade, muitas organizações utilizavam procedimentos ligados a práticas culturais semelhantes aos mitos e cerimônias sociais (Hall e Taylor, 2003:207).

43 Confirma Meyer e Rowan (1977), Meyer e Scott (1983); e DiMaggio e Powell (1991).

44 Segundo Hall e Taylor (2003), a primeira característica do institucionalismo sociológico é a definição ampla de instituições, (1) rompendo com a dicotomia “instituições” e “cultura” (Almond e Verba, 1963; Hall, 1986) e (2) redefinindo “cultura” como sinônimo de “instituições” (ver Zucker, 1991; Meyer *et al*, 1983). A segunda característica é relacionada ao modo

Como visto nesta seção, são amplas e díspares as teorias de políticas públicas que abordam a religiosidade e elementos simbólicos nos quais ela se insere. Essa característica é própria da área de políticas públicas, tipicamente vasta e multidisciplinar (ver Souza, 2006).<sup>45</sup> A partir desta amplitude e multidisciplinaridade é que se pode incluir a teorias de política externa e gestão da guerra dentro do escopo das políticas públicas. Sobre a influência da religiosidade nestas duas áreas é que tratam, respectivamente, as duas próximas seções.

---

de encarar a relação entre instituições e ação social. É comum encontrar assertivas sustentando (i) ou que indivíduos cumprem papéis sociais, (ii) ou que indivíduos baseiam seu comportamento em modelos cognitivos, (iii) ou que instituições influenciam as preferências individuais básicas da escolha racional (Berger e Luckman, 1966). A terceira e última característica assume que práticas organizacionais e institucionais são adotadas e modificadas se o seu valor for reconhecido em um ambiente cultural mais amplo (ver March e Olsen, 1989; Fligstein, 1990; Soyasal, 1994). São outras características da escola: a percepção de organizações como organismos biológicos, o foco nas dimensões simbólicas e valorativas da organização, o papel da sedimentação (padrão de valores do passado) e os arquétipos de formas institucionais (Peters, 1999).

45 Dentro desta perspectiva multidisciplinar, Carlos A. Pimenta de Faria (2003) nos remete à relevância dos estudos que tratam sobre o papel das ideias (afirmação de valores) e do conhecimento nas políticas públicas. Para o autor há quatro vertentes analíticas que abordam o tema. A primeira é a abordagem que explica as advocacy coalitions, de Paul A. Sabatier e Hank Jenkins-Smith, a partir do compartilhamento de policy beliefs. A segunda aborda os multiple-streams a partir da percepção dos limites das teorias calcadas no comportamento racional e do argumento de que as idéias impactam na produção de políticas a partir da persuasão e da ideologia política (Kingdon, 1984). A terceira vertente é a das comunidades epistêmicas de Peter M. Haas, que sustenta que as redes de política são formadas por uma variedade de atores com competência comum e que compartilham um conjunto de crenças, um conjunto de problemas, um conjunto de noções de validade e um conjunto de práticas compartilhadas. A quarta vertente é a proposta por Judith Goldstein e Robert Keohane (1993), que propõe que na política idéias importam (i) como road maps em situações de incerteza, (ii) para aliviar problemas de cooperação e (iii) porque podem se transformar em práticas sociais.

Quadro 1: Políticas Públicas, Tomada de Decisão e Fatores Simbólicos			
Objeto	Área	Argumento	Autores Principais
Processo de Tomada de Decisão Política	Etapas da Tomada de Decisão	Processo de decisão ocorre em diferentes arenas e diferentes níveis	Simon (1945); Lasswell (1956); Mack (1971); Rose (1973); Jenkins (1978); Hogwood & Gunn (1984)
	Interação Valores/Fatos	Tomada de decisão envolve a interface entre "ideias/ crenças" e "informação/realidade"	Parsons (1995)
Tomada de Decisão em Políticas Públicas	Enfoque do Poder	Há dimensões do poder que extrapolam o simples controle de "A" sobre "B" pela força.	Lasswell (1941); Bachrach & Baratz (1970); Crenson (1971); Gaventa (1980)
	Enfoque do Comportamento da Burocracia e de seus Agentes	Atores não são motivados unicamente pela maximização dos ganhos	Galbraith (1967); Boulding (1990)
	Enfoque da Personalidade, Processamento de Informação e Cognição	Abordagem com forte amparo na Psicologia, enfatizando o papel das motivações e interesses dos indivíduos	Wallas (1908); Lasswell (1948); Vickers (1965); Young (1977)
	Enfoque da Racionalidade	Análise do conceito de "racionalidade limitada" sob a perspectiva da existência de um ambiente de incerteza	Simon (1957); Cohen et al (1972); March & Olsen (1976); Dror (1989); Cyert & March (1992)
	Enfoque Institucionalista	Contribuições do Institucionalismo Histórico (idéias e crenças dentro de uma cadeira causal) e do Institucionalismo Sociológico (práticas institucionalizadas)	Inst. Histórico – Evans et al (1985); Krasner (1978); Katzenstein (1978); Skocpol (1979); Goldstein (1988); Weir (1989); Sikkink (1991) Inst. Sociológico – Meyer & Rowan (1977); Meyer & Scott (1983); DiMaggio & Powell (1991); Zucker (1991); Meyer et al (1983); Berger & Luckman (1966); March & Olsen (1989); Fligstein (1990); Soyasal (1994)

Autores: Castellano e Peres, 2012.

## A Religiosidade nas Relações Internacionais e na Análise de Política Externa

No pós-Guerra Fria, a disciplina de Relações Internacionais presenciou a proliferação de estudos que inovavam ao tratar de variáveis simbólicas e culturais como forma de explicação das atitudes de diferentes atores no sistema internacional. O estudo de Samuel Huntington é emblemático nesse sentido.<sup>46</sup> No artigo (depois expandido para livro) "O *Choque de Civilizações?*", o autor previa que as relações internacionais do pós-Guerra Fria seriam determinadas por conflitos civili-

46 Outra obra da mesma época e de grande relevância é a de Juergensmeyer (1993), que trata da crescente importância da religião como forma de legitimação de governos e das razões do declínio das ideologias seculares que cediam espaço às religiosas. A obra de Yosef Lapid e Friedrich Kratochwil (1996) também foi pioneira ao perceber uma tendência interdisciplinar nas Relações Internacionais, sobretudo de teorias críticas, de superar a marginalização dos conceitos de cultura e identidade nos debates da disciplina, como se verá a seguir.

zacionais, baseados em identidades culturais e religiosas (Huntington, 1993 e 1996).<sup>47</sup> A tendência se intensificou após o 11 de Setembro com as análises de Fox e Sandler (2004), Petito e Hatzopolous (2003), Hanson (2006) e Lebow (2008).<sup>48</sup> O livro de Fox e Sandler (2004) é, de fato, o mais relevante; pois objetiva uma renovação da disciplina ao afirmar que o conhecimento das Relações Internacionais (RI) não pode ser completo sem que se traga a religião como objeto de análise e ao propor um novo paradigma que incluía a religião como um dos elementos de explicação da disciplina.<sup>49</sup>

Ademais, em âmbito teórico, desde fins da década de 1980, o grande debate das RI tem privilegiado novas concepções acerca do objeto de estudo na disciplina. Voltou-se a problemas de cunho ontológico.<sup>50</sup> As novas percepções racionalistas ou positivistas (neorrealismo e neoliberalismo) e reflexivista ou pós-positivista (Teoria Crítica, construti-

---

47 Apesar do conceito de civilização ser religiosamente orientado, Huntington evitou utilizar o termo religião de forma mais explícita. Uma crítica para essa opção está em Fox e Sandler (2004). Argumentos “culturalistas” de Huntington também foram desenvolvidos nas obras *A Cultura Importa* (2002, organizado junto a Lawrence Harrison) e *Who Are We?* (2004).

48 A ascensão do tema provocou a multiplicação de trabalhos sobre a influência do milenarismo e da religiosidade na política. Ver Domke (2004), Fonseca (2007) e Lins da Silva (2009) no caso dos EUA; ver Duncan (2002) para a Rússia; e ver Halliday (1995) e Tibi (2002 e 2007) para o Islamismo Político.

49 Para os autores, a religião foi historicamente ignorada pelos acadêmicos de Relações Internacionais devido ao caráter West-centric da disciplina (o sistema internacional surgiu tentando se emancipar da guerra religiosa e instituir a laicização do Estado) e a influência das ciências sociais baseadas em métodos quantitativos (religião é notoriamente uma das variáveis mais difíceis de medir) (Fox e Sandler, 2004).

50 De acordo com Nogueira e Messari (2005), o debate atual das RI é o chamado Terceiro Debate, apesar de ser de fato o quarto, assim como propôs Ole Waever (1996). Ele é de natureza ontológica (tal qual o primeiro debate, preocupa-se com o que estudar) e sucede o primeiro debate (ontológico entre realismo e liberalismo), o segundo debate (metodológico entre neorrealismo e neoliberalismo) e o debate interparadigmático (epistemológico entre realismo, liberalismo e marxismo).

vismo, pós-modernismo) passaram a pensar em elementos de análise menos restritos do que as versões anteriores do realismo e liberalismo (e suas versões *neo*), bem como a do marxismo.<sup>51</sup>

A adoção de fatores simbólicos como variáveis de análise foi ampla. No âmbito da Teoria Crítica, a ampliação do leque de temas presentes nos debates anteriores – a partir das heranças teóricas de Marx (escritos filosóficos e políticos), da Escola de Frankfurt e de Antonio Gramsci – proporcionou a inclusão de elementos culturais nas análises. Robert Cox (1986) é pioneiro no resgate do neomarxismo ao perceber as relações verticais de poder no sistema internacional e incluir o conceito gramsciano de hegemonia em seu argumento. A hegemonia se construiria pela combinação mutuamente determinada de capacidades materiais (econômica e militar), idéias (cultura, regras sociais, ideologia) e instituições (amalgama de idéias).<sup>52</sup>

O construtivismo por seu turno nasce em fins da década de 1980 em meio a um intenso debate nas Ciências Sociais sobre o lugar de idéias e valores na análise dos eventos sociais. Nas Relações Internacionais, a despeito das diferentes abordagens adotadas pelos teóricos pertencentes a esta corrente (Onuf, 1989; Wendt, 1992; Kratochwil, 1989), pode-se identificar três premissas centrais comuns a todos os autores.<sup>53</sup> A primeira afirma que o mundo é uma construção social; a segunda, que agentes e estrutura são coconstitutivos; e a terceira, que idéias e valores informam a relação do agente com o mundo material (Kratochwil, 2001; Risse-Kappen, 1997). De diferentes maneiras autores ressaltam o papel de normas, regras, idéias e valores na escolha dos

---

51 O conceito de debate entre racionalistas e reflexistas vem de Robert O. Keohane (1988), o de positivistas versus pós-positivistas é de Yossef Lapid (1989). A diferença entre as duas noções está em Nogueira e Messari (2005).

52 Outra obra fundamental no âmbito da Teoria Crítica é a de Hoffman (1989).

53 Outros importantes teóricos que se autodenominam construtivistas são Haas (1987), Ruggie (1986) e Alker (1986). Alguns autores também consideram Hedley Bull e a escola inglesa como precursores da corrente.

agentes.<sup>54</sup>

Nas correntes teóricas mais tradicionais, o movimento também foi percebido. No que concerne ao neoinstitucionalismo, as inovações teórico-conceituais trazidas por Keohane e Nye (1971 e 1977) foram centralmente importantes.<sup>55</sup> Possibilitaram a posterior teorização dos elementos brandos do poder (*soft power*) como variável relevante (Nye, 1990 e 2004) e o foco na importância das questões transnacionais. No caso do poder, os fatores simbólicos estão presentes nos próprios elementos que constituem o *soft power*<sup>56</sup>. Já a segunda inovação (interdependência) importa por justificar análises que reiteram a religião como uma força que transcende fronteiras e reproduz temas globais diversos (direitos humanos, direitos da mulher, valores da família, terrorismo, fundamentalismo religioso, islamismo político, etc.) (Fox e Sandler, 2004).

No que concerne às inovações na teoria realista, pode-se afirmar que a partir dos anos 1990 três novas correntes tornaram-se perceptíveis.<sup>57</sup> Dentre elas, o realismo neoclássico foi a que mais incorporou novos temas à agenda de debate. Diferentemente da teoria do realismo es-

---

54 Apesar de relevantes, as inovações do pós-modernismo e do feminismo têm menos relevância neste trabalho. Basta ressaltar a crítica pós-modernista à neutralidade do conhecimento positivista e a abordagem recente do feminismo que trouxe à tona a importância de idéias e culturas nas suas abordagens teóricas sobre RI.

55 Importa a incorporação da dimensão do poder junto à noção de interdependência. A Interdependência Complexa representa ao mesmo tempo uma fonte de conflito e um recurso de poder, e leva ao questionamento da noção de interesse nacional.

56 De forma simplificada, *soft power* é o conjunto de valores, cultura, políticas, e instituições que possibilitam fazer com que outros atores “queiram o que você quer” (NYE, 2004:31).

57 Nogueira e Messari (2005) falam (i) dos que queriam modificar o realismo estrutural ao mesmo tempo em que preservavam os argumentos gerais de Kenneth Waltz, (ii) dos que identificavam o caráter ilusório da unipolaridade no pós-Guerra Fria, e (iii) dos que dão maior importância ao estudo da guerra e que levam o realismo a suas raízes pré-Waltziana (realistas neoclássicos).

trutural de Kenneth Waltz (1979) – na qual o sistema internacional é apresentado como definidor do comportamento dos Estados, impondo constrangimentos à política externa destes – a abordagem do realismo neoclássico destaca a análise de variáveis que intervêm nessa relação.<sup>58</sup> Para os teóricos dessa corrente (ver Rose, 1998; Zakaria, 1999; Schweller, 2003) a conexão entre distribuição internacional de poder e política externa dos Estados ocorre por meio da existência de fatores como a percepção das elites sobre a dinâmica internacional, as capacidades estatais, a política doméstica, além de outros fatores internos. Dessa forma, pode-se constatar que os tomadores de decisão não são confrontados apenas com os constrangimentos da estrutura do sistema internacional, mas sim com uma conjugação dessas limitações externas com diversos fatores que constituem internamente o Estado.

Para os realistas neoclássicos, as capacidades materiais relativas são determinantes para a formação da política externa.<sup>59</sup> Às capacidades materiais somam-se como variáveis importantes as percepções dos governantes acerca da distribuição de capacidades no sistema internacional, a política doméstica e os valores e crenças constituintes da identidade nacional. A concepção de um interesse nacional, da mesma forma, é tema de grande importância para a escola realista neoclássica. Para Fareed Zakaria, uma teoria de política externa

---

58 A corrente realista neoclássica reconhece o avanço de Waltz – que apontou a estrutura do sistema internacional como variável fundamental para se analisar as escolhas dos atores. Assinala, contudo, a incapacidade do realismo estrutural de explicar a formação da política externa de maneira mais específica, já que a proposta de Waltz foi a de arquitetar uma teoria da política internacional. A partir de então, alguns teóricos começaram a revisar as proposições realistas tradicionais pré-waltzianas, cujo foco era mais a análise de política externa que a análise sistêmica das relações internacionais.

59 Para Gideon Rose, essa nova escola propunha uma revisão do paradigma realista, já que buscava, desde o início, incorporar tanto variáveis internas como externas, atualizando e sistematizando certos insights trazidos do pensamento realista clássico. Seus adeptos argumentam que o escopo e as ambições da política externa de um país são motivados primeiramente pelo seu lugar no sistema internacional e, especificamente, por suas capacidades materiais relativas (Rose, 1998).

explica por que diferentes Estados, ou o mesmo Estado em diferentes momentos históricos, têm diferentes intenções, objetivos e preferências com relação ao mundo. Uma teoria de política externa lança luz sobre as razões para os esforços de uma nação. (tradução nossa de Zakaria, 1999: 14)

É preciso reconhecer o esforço da escola realista neoclássica ao trazer a política doméstica de volta para o debate realista, em uma tentativa de agregar novas variáveis causais, como crenças e valores, e possibilitar uma maior capacidade explicativa à teoria realista, o que representa, em termos lakatosianos, um esforço para o progresso científico da teoria das Relações Internacionais (Lakatos, 1978).

Além do realismo neoclássico (Zakaria, 1999), especificar de maneira mais clara o nexos entre fatores domésticos e internacionais na definição da política externa é objetivo recorrente das teorias de Relações Internacionais. Autores como James Rosenau (1969), Robert D. Putnam (1988) e Pierre Milza (1996), da mesma forma, buscam conjugar a análise dos dois níveis: interno e externo. O quadro abaixo sistematiza a primeira parte desta subseção.

Quadro 2: Novas Abordagens na Área de Relações Internacionais (a)			
Objeto	Área	Inovação	Autores Principais
Novos Estudos	Mundo pós-G.F.	Renovação da Disciplina	Huntington (1993 e 1996), <u>Juergen Schimmelfennig</u> (1993); <u>L. Lipset e Kratochwil</u> (1996); Fox e Sandler (2004); <u>Petito e Hatzopoulos</u> (2003); Hanson (2006); <u>LeBoer</u> (2008).
	Política pós-G.F.	Milenarismo e Religiosidade influenciando política de países	<u>EUA - Domke</u> (2004); <u>Fonseca</u> (2007); <u>Lins da Silva</u> (2009). <u>Rússia - Duncan</u> (2002) <u>Islamismo Político - Halliday</u> (1995) e <u>Tibi</u> (2002 e 2007)
Novas Teorias (Terceiro Debate)	Teoria Crítica	Inclusão de elementos culturais (Gramsci)	Robert Cox (1986)
	Construtivismo	Idéias e valores informam a relação do agente com o mundo material	Onuf (1989); <u>Wendt</u> , (1992); <u>Kratochwil</u> (1989)
	Neo-Institucionalismo	<i>Soft Power</i> e Forças que transcendem fronteiras (interdependência)	<u>Kaohane e Nye</u> (1971 e 1977); <u>Nye</u> (1990 e 2004)
	Realismo Neoclássico	Política doméstica e valores e crenças constituintes da identidade nacional	<u>Rose</u> (1998); <u>Zakaria</u> (1999); <u>Schweller</u> (2003)

Autores: Castellano e Peres, 2012.

O papel de elementos como cultura, religião, identidade e a percepção dos líderes na formação da política externa é inegável, tornando-se ain-

da mais evidente ao se analisar detalhadamente o processo de tomada de decisão em política externa.<sup>60</sup> Ainda que existam muitos estudos de caso sobre nações específicas, agregando de maneira mais forte elementos culturais<sup>61</sup>, assim como pesquisas sobre formação de política externa<sup>62</sup>, é reduzida a quantidade de estudos que buscam estabelecer a interface entre fatores simbólicos e política externa exclusivamente.

Para a análise da relação entre cultura e política externa é fundamental o exame do conceito de identidade nacional.<sup>63</sup> É por meio da definição de identidade que uma nação estabelece, para si mesma e para os outros, qual é o seu papel no mundo, quais são os seus objetivos e quais são os meios para atingi-los. Nesse sentido, é fundamental a distinção que se faz entre “nós” e os “outros”. Como aponta Valerie Hudson, os denominados “outros” auxiliam na criação e na solidificação da identidade nacional (“não somos como eles”), e, por outro lado, atuam como uma ameaça a essa identidade (“devemos resistir e não nos tornarmos como eles”) (Hudson, 2007).<sup>64</sup> Da mesma forma, a constituição de uma cultura nacional, originada dos mitos fundado-

---

60 Cabe aqui destacar uma classificação que favorece o estudo da influência da cultura e da religião na formação da política externa: a que distingue política internacional e política externa, ou seja, diferencia a análise do nível sistêmico e estatal. Para Liu Feng e Zhang Ruizhuang, por exemplo, política internacional consiste no estudo das interações entre três ou mais Estados e nos resultados dessas interações. Pesquisa de política externa, por outro lado, lida com um Estado em particular e suas motivações, políticas, diretrizes e comportamento com relação a questões internacionais (Feng & Ruizhuang, 2006).

61 Ver, por exemplo, Zakaria (1999), Eisenstadt (1998) e Barros (1988).

62 Ver Hill (2002).

63 Como nas análises de Hobsbawm (1991), Hobsbawm & Ranger (1997) e Gellner (1993).

64 Sobre a obra de Valerie Hudson (2007), é preciso apontar que a autora destaca a dificuldade de se observar empiricamente os efeitos das variáveis culturais na formação da política externa, afirmando que isso não significa a fraqueza da relação, mas apenas o fato de as influências serem menos tangíveis. Ainda assim, Hudson enfatiza o papel fundamental dos elementos simbólicos na construção da política exterior.

res nacionais e de uma estrutura religiosa específica, é crucial para a definição da identidade de uma nação.<sup>65</sup>

As negociações internacionais, sob a perspectiva das diferenças culturais, também são tema de pesquisa recorrente entre os que buscam a construção de uma teoria da política externa. Distintos padrões de valores e crenças podem influenciar fortemente a negociação entre dois países<sup>66</sup>, na medida em que esses atributos são responsáveis pela formação de Estados com diferentes percepções sobre o resto do mundo. Valores judeu-cristãos, por exemplo, podem conformar nações muito distintas das que se baseiam em valores islâmicos ou confucianos.<sup>67</sup>

A existência de tradições, valores e rituais afetam de maneira significativa o ambiente no qual são tomadas as decisões na área da política externa. A idéia de sedimentação de valores ao longo da história – análoga ao conceito de dependência de trajetória, como apresentado pelos neoinstitucionalistas históricos da Ciência Política – ilustra bem o peso que essas tradições e valores têm sobre o condicionamento dos atores na definição da política externa. Dentro desse quadro, é difícil dissociar a religião da política, já que, muitas vezes, são os valores religiosos os responsáveis pela produção de rituais e tradições de uma sociedade; em alguns momentos não é possível discernir a linha divisória entre o campo religioso e o político.<sup>68</sup>

Se por um lado os valores e as tradições da sociedade integram o ambiente onde são tomadas as decisões de política externa, também

---

65 Para uma análise sobre o papel fundador dos mitos ver Coulanges (1966) e Campbell (1990).

66 Etô (1976) e Benedict (2007) buscaram descrever os desafios para o estabelecimento do processo de negociação política e comercial entre países com diferentes estruturas e padrões culturais.

67 Ver estudos de Max Weber (1991 e 2004) relativos ao reflexo dos valores religiosos nas ações humanas e nas diferentes concepções de sociedade.

68 Danièle Hervieu-Léger (1999), Clifford Geertz (2001), François Laplan-tine (2003) e Marcel Gauchet (2004) desenvolvem mais detalhadamente a questão da redefinição da fronteira entre religião e política, analisando as diferentes formas de diálogo entre os dois campos.

é fundamental o papel exercido pelas crenças e motivações pessoais dos líderes e tomadores de decisão. Dessa forma, como aponta Jerel A. Rosati, a abordagem cognitiva constitui importante ramo da análise de política externa, pois: “ênfatiza a importância de examinar os indivíduos envolvidos no processo de formulação de políticas, já que eles provavelmente enxergam seu ambiente de maneira diferente” (tradução nossa de Rosati, 1995:50).

Dentro do nível de análise do “indivíduo”, destaca-se a abordagem conhecida como Código Operacional, que busca avaliar o impacto de diferenças pessoais sobre decisões e resultados políticos. Essa abordagem originou-se de um estudo de Nathan Leites acerca do bolchevismo, em que o autor examinou a concepção de crenças comuns aos líderes soviéticos<sup>69</sup>. No entanto, foi a partir de avanços feitos por Alexander George (1969) que os estudos de Código Operacional se expandiram como um programa de pesquisa mais consolidado no campo da análise de política externa, levando outros pesquisadores a se dedicar a essa abordagem<sup>70</sup>. Para George, o tomador de decisão possui um conjunto de princípios e valores relativos à vida política que adquire e aplica no processamento de informações, com o objetivo de exercer julgamento e fazer suas escolhas ao longo do processo decisório (George, 1979). Assim, é preciso avaliar não apenas o ambiente em que o ator político se encontra (e as instituições ali existentes), mas também o conjunto de elementos que compõe as motivações, valores e preferências individuais do tomador de decisão. O quadro a seguir resume a segunda parte desta seção.

---

69 Ver Leites (1951, 1953).

70 Ver Holsti (1990), Jervis (1994), Kaarbo & Hermann (1998), Walker & Schafer (2000), Schafer & Crichlow (2000), Marfleet (2000), Dyson (2001) e Walker (2003).

Quadro 3: Novas Abordagens na Área de Relações Internacionais (b)			
Objeto	Área	Inovação	Autores Principais
Fronteira Religião/Política (Globalização)	Religião e Modernidade	Exame das diferentes formas de diálogo entre campo religioso e político	Harvieu-Léger (1999); Geertz (2001); Laplantine (2003); Gauchet (2004)
Análise de Política Externa	Estudos de Casos	Estudos sobre nações específicas, agregando elementos culturais	Barros (1988); Eisenstadt (1998); Zakaria (1999)
	Estudos sobre Mitos, Tradições e Identidade	Papel de mitos e tradições na concepção das identidades	Coulanges (1966); Campbell (1990); Hobsbawm (1991); Gellner (1993); Hobsbawm & Ranger (1997); Hudson (2007)
	Negociações Internacionais	Análise das negociações internacionais sob a perspectiva cultural	Etò (1976); Benedict (2007)
	Código Operacional	Impacto das diferenças pessoais sobre as decisões e resultados políticos	Leites (1951 e 1953); George (1969 a 1979); Holsti, (1990); Jervis (1994); Kaarbo & Hermann (1998); Walker & Schafar (2000); Schafar & Crichlow (2000); Marfleet (2000); Dyson (2001); Walker (2003)

Autores: Castellano e Peres, 2012.

Esse debate sobre o papel de crenças e valores na tomada de decisão em política externa retoma a discussão a respeito da existência ou não de uma barreira entre os assuntos domésticos e os assuntos externos. Pierre Milza levanta uma questão importante ao indagar se “existe uma esfera da política externa, um domínio distinto das outras categorias do político e que funcionaria de maneira mais ou menos autônoma?” (Milza, 1996:367). Não existe essa barreira; pois é clara a interface entre política interna e política externa. É fundamental compreender essa relação para analisar a religião e o conjunto de elementos simbólicos, assim como seus reflexos na conduta dos atores políticos e na tomada de decisão em política externa.

## A Religiosidade e a Gestão da Guerra

O processo de gestão ou de tomada de decisões na guerra incorpora mecanismos semelhantes aos presentes na tomada de decisão em políticas públicas ou em política externa. Há, entretanto, um agravante. Esta esfera de decisão lida com elementos mais profundos da essência humana. Atua a partir da defesa ou agressão a vidas (incluindo a do próprio tomador de decisão) e a defesa ou agressão a formas de organização coletiva (grupos e Estado). É exatamente por isso que “a guerra é, talvez, a área das relações internacionais mais claramente in-

fluenciada pela religião” (tradução nossa de Fox e Sandler, 2004:55).<sup>71</sup>

Fox e Sandler (2004) argumentam que em última análise a guerra se trata de um problema moral. Também envolve, obviamente, fatores de poder e variáveis organizacionais, mas, à medida que trata da defesa e da agressão a vidas (e, por isso, lida com o medo), as fontes de legitimidade são essencialmente necessárias.

O problema da moralidade e da legitimidade da guerra nos leva à polêmica questão da guerra justa e do direito internacional da guerra. Sabe-se que a tradição ocidental de justificação para a guerra (teoria da guerra justa) tem sua origem na síntese de valores greco-romano clássicos e cristãos. De acordo com James T. Johnson, se fossemos buscar os fundadores da teoria da guerra justa provavelmente chegaríamos à tríade Aristóteles (384 aC–322 aC), Cícero (106 aC-43 aC) e Agostinho de Hipona (354 dC-430 dC).<sup>72</sup> Desde então diversos filósofos e teólogos trataram sobre a questão da ética e da legitimidade da guerra e da paz.<sup>73</sup> Todavia, a ligação mais direta da formulação filosófica da guerra justa como um conjunto de regras internacionais legítimas foi trazida por Alberico Gentili (1552-1608) e Hugo Grotius (1583-1645).<sup>74</sup>O que de fato importa é que as diferentes concepções desenvolvidas

---

71 O problema da gestão da guerra é um problema próprio da administração da violência. Assim, ao abordar a influência da religião nesta esfera, inclui-se em geral o problema do milenarismo (lócus próprio da religião e das crenças onde se enfatiza percepções sobre a redenção e a violência).

72 Outra obra de grande peso é a filosófico-teológica do cristão medieval Tomás de Aquino (1225-1274).

73 Stanislaw de Skarbimierz (1360–1431) justificou as guerras do Reino da Polônia contra os Cavaleiros Teutônicos. Ademais, Francisco de Vitoria (1492-1546) e Francisco Suarez (1548-1617) legitimaram as guerras e conquistas da Espanha.

74 Dentre os teóricos contemporâneos da guerra justa, Michael Walzer é o mais notório. Para uma abordagem histórica sobre a teoria da guerra justa, ver Johnson (1981 e 1999). Para suas origens nas guerras do mundo antigo, ver Dawson (1996). Para uma dissertação em português que aborda o tema junto ao problema da guerra preventiva nas RI, ver Palacios Jr. (2009).

sobre a guerra justa basearam o atual direito internacional da guerra. Trata-se de um elemento normativo das Relações Internacionais que foi influenciado pela tradição religiosa.<sup>75</sup>

O direito internacional da guerra é dividido em duas categorias: *jus ad bellum* (direito de guerra) e *jus in bello* (direito na guerra). Fox e Sandler (2004) destacam como indicador da influência da religião no direito internacional da guerra, a diferença existente entre o Ocidente e o mundo islâmico no que se refere ao *jus ad bellum* e ao *jus in bello*.<sup>76</sup> Essa diferença é dirimida pelo fato de que, na prática, países travam guerras a partir de interesses que se situam acima das percepções aceitas de guerra justa. O argumento de Fox e Sandler (2004) contra esta objeção realista é que, mesmo se as reais intenções de guerra não são baseadas nos princípios de guerra justa e sim em interesses materiais ou de poder (ficando os princípios da guerra justa apenas como legitimação do discurso), os líderes devem pelo menos sustentar-se publicamente no direito internacional da guerra – o que

---

75 “O direito internacional da guerra é diretamente descendente de uma concepção religiosa do que é moral e não pode ser completamente removido de sua origem religiosa e é um aspecto publicamente normativo das relações internacionais” (tradução nossa de Fox e Sandler, 2004:54).

76 Na primeira categoria (*jus ad bellum*), o conceito ocidental de guerra justa permite apenas guerras de legítima defesa e de intervenções humanitárias (conceitos muito ambíguos), enquanto que o conceito islâmico aceita a guerra santa (*jihad*), importada dos cruzados ocidentais (Maalouf, 2007), e ainda travar guerras ofensivas contra não islâmicos. Dessa forma “a concepção islâmica de *jus ad bellum* é, pelo menos na prática, muito menos restritiva do que os conceitos de autodefesa que guia a concepção ocidental de guerra justa” (tradução nossa de Fox e Sandler, 2004:55). Na segunda categoria (*jus in bello*), o conceito ocidental pressupõe que os meios para fazer a guerra deveriam normativamente se basear na proteção de não combatentes e nas noções de necessidade, utilidade e proporcionalidade, o que também procede para os islâmicos. Entretanto, para estes, apesar de sustentarem a necessidade de se proteger não combatentes, o próprio conceito de combatente é mais amplo que o ocidental. Para os islâmicos, combatentes são os que possuem condições físicas ou mentais de lutar (Hashimi, 1999), enquanto que, para o ocidente, combatentes é mais referido a soldados ou pessoas engajadas no esforço de guerra

indica que este possui alguma relevância.

Acerca da moralidade da guerra, cumpre informar que obras de autores centrais como Sun Tzu (*A Arte da Guerra*)<sup>77</sup> e Carl von Clausewitz (*Da Guerra*)<sup>78</sup> trouxeram a problemática à tona. O tema importa ainda no que tange à questão da psicologia do soldado (como se verá adiante). Além da questão ampla da legitimidade e da moralidade nas conflagrações, a gestão da guerra possui teorizações próprias acerca de dois problemas principais (os quais em sua essência se relacionam com realidades presentes em qualquer tipo de gestão pública): (1) os constrangimentos institucionais da decisão e (2) os fatores comportamentais que influenciam os indivíduos nesta decisão.

A doutrina militar é que representa de forma mais clara na gestão da guerra os constrangimentos institucionais para a tomada de decisão.<sup>79</sup> Segundo Barry Posen (1984), a doutrina militar compõe o elemento militar da Grande Estratégia ou Alta Política, “atribuindo prioridades

---

77 De acordo com Sun Tzu, a arte da guerra é governada por cinco fatores. O primeiro deles é a Lei Moral. Esta se trata de um princípio simbólico de harmonia que faz com que as pessoas estejam de completo acordo com o seu governante - ao qual irão seguir desapegados de suas vidas e não consternados por qualquer perigo.

78 Para Clausewitz estão “as grandezas morais entre os mais importantes elementos da guerra. É o espírito que move a guerra. Ele impõe-se antecipadamente à vontade que guia e move toda a massa de forças, aderindo de certo modo a ela, sendo essa mesma vontade uma grandeza moral” (Clausewitz, 2003:183). “Os efeitos das forças físicas apoiam-se inteiramente nos efeitos das forças morais, e não podem separar-se deles por um processo químico com uma liga metálica” (Clausewitz, 2003:184). De acordo com o autor, um dos principais poderes morais - o espírito nacional do exército - é composto pelo entusiasmo, o fanatismo, as opiniões e a fé (Clausewitz, 2003:187).

79 Pode-se também argumentar que a própria questão do direito internacional e da moralidade são instituições formais e informais que constroem a decisão na guerra. Esta argumentação não está errada. Entretanto, a doutrina militar é uma instituição geralmente mais formalizada e sua força é muito mais consentida do que o direito internacional da guerra e da guerra justa, sempre mais suscetíveis a interpretações idiossincráticas e a sua supressão pela maior importância dada às relações de poder.

entre forças militares e prescrevendo como estas forças devem ser estruturadas e empregadas para atingir os fins objetivados” (Posen, 1984:7).<sup>80</sup> Ou seja, a doutrina militar (estratégia) por si só pressupõe objetivos e meios (Clausewitz, 2003:171), os quais são compostos por um conjunto de conceitos, normas, métodos, processos e, principalmente, valores ético-culturais (ESG, 1981). De acordo com Posen (1984), os aspectos da doutrina são o seu caráter ofensivo, defensivo ou dissuasório; sua coordenação com a política externa (integração político-militar); e o grau de inovação que contém. Ademais, variáveis como a tecnologia e a geografia impactam no modelo de doutrina.

A interferência de elementos simbólicos na esfera estratégica foi percebida a partir de teorizações que questionaram a suficiência das percepções dominantes sobre a doutrina, a saber, a teoria da organização<sup>81</sup> e a teoria do balanço de poder<sup>82</sup> (Posen, 1984; Marques, 2008).

---

80 A grande estratégia é “aquela coleção de meios e fins militares, econômicos e políticos com os quais um Estado pretende atingir segurança” (Posen, 1984:7). Cumpre também salientar que geralmente conceitos de estratégia (Posen, 1984; Kier, 1997) e doutrina (Snyder, 1984) são utilizados para expressar a mesma coisa

81 A teoria da organização assume, com base principalmente nas proposições de Graham Allison (1971), que a ação dos Estados na política internacional advém da queda de braço entre várias burocracias militares e civis autointeressadas e semiautônomas. Com o foco no comportamento e na estrutura da burocracia militar, essa teoria tende a assumir que: (i) militares preferem doutrinas ofensivas, pois assim impõem seu cenário de guerra padrão e constroem o adversário a impor o seu, privilegiando a capacidade técnica da sua organização; (ii) é complexa a interrelação entre a diplomacia e a política de defesa pela alto grau de especialização de cada área; e (iii) a incerteza quanto à inovação leva a um certo conservadorismo nas forças armadas com relação à sua doutrina (Posen, 1984:58-59).

82 A teoria do balanço de poder (neorealista) fundamenta-se principalmente em Kenneth Waltz (1959 e 1979) e sustenta que as ações dos Estados no ambiente internacional são uma resposta às ameaças de segurança oferecidas pela estrutura internacional anárquica, existente no além-fronteiras. Dessa forma, as características do Estado e a sua posição no sistema internacional condicionam a doutrina adotada por suas Forças Armadas. Teorizações a partir desse enfoque tendem a assumir que há uma heterogeneidade na esfera

Criou-se o conceito, muito criticado embora deveras incompreendido, de cultura estratégica. A formulação original do conceito, feita por Jack Snyder, assumiu cultura estratégica como

a soma total de ideias, respostas emocionais condicionadas, e padrões de comportamento habitual que membros de uma comunidade nacional estratégica adquiriram por meio de instrução ou imitação e dividem com seus pares em relação à estratégia nuclear. (tradução nossa de Snyder 1977:8)

Apesar de a escola construtivista ter sido a mais militante a favor da inclusão de variáveis domésticas e culturais para explicação da doutrina militar, opondo-se às duas escolas dominantes (Kier, 1997)<sup>83</sup>, o conceito de cultura estratégica nunca se limitou ao uso desta corrente teórica. De fato, as próprias percepções sobre o conceito e sobre o seu grau e forma de influência na esfera estratégica não permaneceu constante com o tempo. De acordo com Alastair Iain Johnston, é possível perceber três diferentes gerações do conceito (Johnston, 1995; Marques, 2008; Stone, 2006; Sondhaus, 2006).

---

ofensivo-defensivo-dissuasória. Doutrinas ofensivas são preferidas por países expansionistas, países com grande poder em erosão, países para os quais a guerra irá causar grandes danos, países que enfrentam muitos adversários e países sem aliados. Doutrinas defensivas são preferidas por países que lutam em coalizão, países para os quais o status quo é benéfico e países para os quais atacar primeiro é simplesmente improvável. Já países pequenos tendem a adotar doutrinas dissuasórias por sua incapacidade de sustentar outro tipo. Ademais, inovações auxiliam tanto doutrinas ofensivas quanto defensivas e a integração com a diplomacia deve acontecer sempre que a segurança estatal estiver ameaçada ou se há uma recente experiência de desastre militar (Posen, 1984).

83 Autores construtivistas como Elizabeth Kier (1997) questionam diretamente (1) se o conceito de interesse nacional não precisa de mais explicações; (2) se atores do mesmo grupo socioeconômico de diferentes países adotam políticas iguais; (3) se as mudanças no sistema internacional levam de fato a mudanças nas doutrinas nacionais; e (4) se militares sempre escolhem a doutrina que melhor atenda seus interesses paroquiais (Marques, 2008).

A primeira geração a abordar o conceito de cultura estratégica se formou em fins da década de 1970 e início da de 1980.<sup>84</sup> Assumiu que o seu objeto principal, as diferenças entre as estratégias nucleares de EUA e URSS, eram resultado de discrepâncias em variáveis macroecológicas, como experiência histórica profundamente enraizada, cultura política e geografia. A interação destas variáveis determinaria o comportamento estratégico de cada país (Johnston, 1995).<sup>85</sup>

Para a segunda geração, ativa da metade dos anos 1980 até o início dos 1990, a cultura estratégica é uma ferramenta da hegemonia política no domínio da tomada de decisão estratégica.<sup>86</sup> Ao mesmo tempo em que a cultura estratégica se difere de Estado para Estado, ela seria apenas um discurso simbólico que camuflaria as verdadeiras intenções dos grupos políticos hegemônicos. Ou seja, os interesses pessoais dos tomadores de decisão é que moldam e limitam a escolha estratégica.<sup>87</sup>

A terceira geração de autores sobre cultura estratégica, de acordo com Johnston (1995), surgiu no início dos anos 1990 e procura oferecer maior rigor metodológico em termos científico-positivistas.<sup>88</sup> Dessa

---

84 Dentre os principais autores da geração estão Jack Snyder (1977), Colin Gray (1981), Carnes Lord (1985) e David R. Jones (1990).

85 Críticos a esta escola acusam (i) a amplitude muito vasta do conceito; (ii) o determinismo entre cultura e comportamento (a cultura estratégica levava consistentemente a um tipo de comportamento); (iii) a forma simplista do conceito (impossibilidade de mais de uma cultura no mesmo país e homogeneidade da sociedade ao longo do tempo) (Johnston, 1995).

86 Principais autores da segunda geração: Bradley Klein (1988) e Robin Luckham (1984).

87 Johnston (1995) estabelece como problemas da segunda geração (i) a ligação entre cultura e comportamento; (ii) a falta de clareza de como o discurso estratégico de elites influencia comportamentos e (iii) a indefinição sobre se devemos esperar diferenças de comportamento entre países.

88 Johnson (1995) se inclui na terceira geração junto a Elizabeth Kier (1997) e Jeffrey Legro (1994). Lantis (2005) incorpora nesta lista a obra editada por Peter J. Katzenstein (1996), que procura, mediante um viés construtivista, oferecer um contraponto ao paradigma neorealista das Relações Internacionais.

forma, “para ser útil uma teoria deve ser falseável, e para ser falseável a cultura estratégica tem de ser mais restritamente definida e especialmente de omitir o comportamento como variável independente” (tradução nossa de Sondhaus, 2006:8). A definição de Johnston assumiu que

cultura estratégica é um sistema integrado de símbolos [...] que age para estabelecer preferências estratégicas pervasivas e permanentes a longo prazo a partir da formulação de conceitos acerca do papel e da eficácia da força militar nas relações interestatais e da vestimenta desses conceitos com um aura de factualidade tamanha que as preferências estratégicas parecem unicamente realistas e eficazes. (tradução nossa de Johnston, 1995:46)

A corrente tem a teoria neorealista como alvo de ataque e focava em casos em que a noção estruturalista-materialista de interesse não conseguia explicar decisões estratégicas particulares.

Além de críticas mais gerais,<sup>89</sup> acusou-se a terceira geração de incorrer nos mesmos problemas de nível metodológico (disposição das variáveis) e epistemológico já percebidos na primeira geração (Marques, 2008; Neumann e Heikka, 2005; Snyder, 2002). Para Neumann e Heikka, assim como para Colin Gray (1999), o problema do conceito não estava no fato de atribuir uma conexão entre cultura e comportamento (Sondhaus, 2006). Neumann e Heikka identificam-no justamente na recorrente tentativa teórica de lidar com a cultura utilizando uma metodologia positivista que atribua uma única variável independente isolada. A sugestão dos autores é de que se deve levar em conta as interconexões entre o contexto internacional e a dinâmica doméstica como variáveis independentes (Marques, 2008), assim como fazem os realistas neoclássicos.

---

89 Stone (2006) critica (i) o enfoque nas fraquezas do neorealismo, (ii) o uso de outros conceitos, como cultura organizacional (Kier, 1997), como variável independente e (iii) uma definição ainda frouxa de cultura estratégica.

Jack Snyder já havia construído em 2002 uma nova formulação que buscava superar as deficiências metodológicas apontadas posteriormente por Neumann e Heikka. Para o autor as variáveis culturais da doutrina devem ser percebidas em meio a variáveis materiais e institucionais.<sup>90</sup>

Não apenas as instituições ou as normas que fundamentam as estruturas de comando e controle (C2), representadas nos princípios da doutrina, importam na tomada de decisão da guerra. Deve-se partir também do pressuposto de que (i) há problemas organizacionais básicos (racionalidade limitada)<sup>91</sup> e (ii) há problemas próprios da guerra (agravamento da incerteza e da indeterminação dos resultados)<sup>92</sup>.

---

90 Em suas próprias palavras: “[há] [...] um menu de possibilidades não necessariamente restrito para imaginar a relação entre anarquia e cultura. Ironicamente, à luz de uma agenda ativista ambiciosa dos proponentes de abordagens culturais para as relações internacionais, a sua abordagem unidimensional limita os agentes a um conjunto peculiarmente circunscrito de ferramentas para promover a mudança política. Uma abordagem mais promissora integraria os aspectos materiais, institucionais e culturais da mudança social, produzindo no âmbito das teorias de sistemas complexos” (tradução nossa de Snyder, 2002:9).

91 Frank H. Denton (2003) assume que a decisão de ir à guerra é uma escolha muito pouco racional, no sentido tradicional do termo. Mas, se esta tomada de decisão for de fato racional, ela é pobremente informada. Se por um lado as guerras foram (e são) um caminho necessário para a reforma e o progresso das sociedades (Tilly, 1996; Giddens, 2001), de acordo com o autor “aparentemente nós temos que aceitar que guerras são iniciadas com mais esperança do que com convicção acerca de suas consequências” (tradução nossa de Denton, 2003: on-line). Um indicador desta proposição é que, historicamente, quem decidiu por ir à guerra (dar o primeiro tiro) teve menos de 50% de sucesso em alcançar os objetivos iniciais. Ademais, desde 1939, a parte que deu o primeiro tiro nas conflagrações falhou em atingir a vitória em mais de 70% dos casos (Denton, 2003).

92 A proposição de Dunnigan (2003) de que a lei da guerra é a Lei de Murphy, dá-se exatamente pelo problema da incerteza, da indeterminação de resultados e da imprevisibilidade. De acordo com Dunnigan, “o combate e a interminável preparação para ele são atormentados com problemas não antecipados” (2003:329). A situação é mais intensa nos estágios iniciais do combate (quando são descobertas as principais diferenças entre estratégias,

É nesse contexto que importa também o fator individualidade na guerra. O comportamento do combatente pode ser tratado a partir de percepções diferentes conforme o contexto no qual ele se insere. Uma das teorizações que podem ser utilizadas neste trabalho é aquela que foca nos valores e crenças do combatente - “como a coragem como prova de hombridade, o senso de patriotismo, e a crença na legitimidade e nos valores morais do Estado ou de uma causa” (tradução nossa de Williams, 1989:164).<sup>93</sup> Outra abordagem é a psicológica - a qual estuda o comportamento do combatente em termos do “caráter nacional”. Ressalta-se ainda (i) a influência desses fatores também ocorre junto às lideranças da guerra<sup>94</sup> e (ii) a retomada, agora em âmbito individual, do problema da justificação moral para a guerra<sup>95</sup>.

Por fim, importa ainda ressaltar a atual retomada de trabalhos que tratam da conexão entre religião e guerra de forma mais direta.<sup>96</sup> Percebe-se também a ascensão das abordagens acerca das guerras

---

operações e táticas combatentes) e vai se amenizando com o decorrer da conflagração, quando o planejamento se torna mais efetivo.

93 Além de valores e crenças ideológicas serem muito importantes na aceitação da conscrição e na motivação pré-combate (Chodoff, 1983 apud Williams, 1989:164), o papel da ideologia na motivação de soldados é essencialmente um conjunto de valores e crenças que geram um significado e comprometimento mais do que instigação imediata para o comportamento (Stouffer, 1949).

94 Pois e Langer (2004) debruçam-se sobre problema do fracasso de grandes líderes militares devido a sua inflexibilidade, gerada pela persistência de hábitos, por um sistema fixo de crenças, por atitudes padronizadas ou predisposição mental.

95 De acordo com Rodin (2008), apesar de as percepções sobre o que é justo e certo na guerra não serem necessariamente razoáveis, desde a Revolução Francesa as grandes guerras não são sustentadas primeiramente por motivos mercenários, mas por uma ideologia de massa com crenças concomitantes sobre a justiça da guerra.

96 Enquanto que o estudo de Michael Burleigh (2006) percebe as conexões entre Religião, Igreja e Guerras Europeias no século XX, o trabalho de Seiple e Hoover (2004) demonstra a preocupação norte-americana acerca dos problemas do milenarismo judeu e islâmico para a segurança de seu Estado.

movidas pelos extremismos religiosos, no passado e nos dias atuais.<sup>97</sup> Outro campo de estudos ainda incipiente e promissor é o que percebe a importância das crenças na sustentação e legitimação de totalitarismos e de suas guerras.<sup>98</sup> Uma síntese desta seção segue no quadro abaixo.

Quadro 4: Abordagens na Área da Gestão da Guerra			
Problema	Abordagem	Argumento	Autores Principais
Legitimidade e Moralidade na Guerra	Teoria da Guerra Justa	Justificação para a guerra, conjunto de regras internacionais legítimas, e direito internacional da guerra.	Aristóteles; Cícero; Agostinho de Hipona; Alberico Gentili; Hugo Grotius; Michael Walzer.
	Moral na Guerra	Lei Moral e Grandeza e Poderes Morais	Sun Tzu; Carl von Clausewitz
Formação da Doutrina	Cultura Estratégica – 1ª Geração	Variáveis: experiência histórica profundamente enraizada, cultura política e geografia.	Jack Snyder (1977); Colin Gray (1981); Carnes Lord (1985).
	Cultura Estratégica – 2ª Geração	Cultura como ferramenta da hegemonia política no domínio da tomada de decisão estratégica	Bradley Klein (1988); Robin Luckham (1984).
	Cultura Estratégica – 3ª Geração	Cultura como um conjunto de símbolos; omite o comportamento como variável independente	Alastair Iain Johnson (1995); Elizabeth Kier (1997); Jeffrey Legro (1994); Katzenstein (1996).
	Cultura Estratégica – Inovações	Interconexão entre doméstico e internacional; variável cultural em meio a variáveis morais e institucionais	Neumann e Heikka, (2005), Jack Snyder (2002).
Individualidade na Guerra	Valores e crenças do combatente	Crença na legitimidade e nos valores morais do Estado ou de uma causa; caráter nacional	Robin Williams (1989)
	Liderança na guerra	Fracasso de grandes líderes militares; Inflexibilidade por um sistema fixo de crenças	Pois e Langer (2004)
Outros Campos	(i) Religião e Guerra; (ii) Extremismos religiosos; (iii) Crenças e totalitarismos		(i) Michael Burleigh (2006), Seiple e Hoover (2004); (ii) Carr (2003), Armstrong (2001); (iii) Redles (2005), Ducan (2000).

Autores: Castellano e Peres, 2012

## Considerações Finais

Este trabalho pretendeu listar estudos teóricos que tratam sobre a influência da religiosidade e dos fatores simbólicos nos quais ela se

97 Sobre fundamentalismo e terrorismo na guerra, ver Carr (2003) e Armstrong (2001). Para uma visão alternativa da origem da jihad islâmica, ver Maalouf (2007).

98 Em A Guerra Total, o general Alemão Erich Ludendorff é claro no que diz respeito à necessidade da instrumentalização de elementos simbólicos para a produção da coesão anímica no regime nazista. Sobre o papel das crenças apocalípticas, salvacionistas e messiânicas no nazismo, ver Redles (2005). Para a importância do milenarismo russo (baseado no mito da terceira Roma) na construção do regime soviético, ver Ducan (2000).

insere (crenças, valores, cultura e ideologia) nas áreas de políticas públicas e nas subáreas de política externa e gestão da guerra. No âmbito das políticas públicas analisaram-se abordagens dentro dos enfoques do poder, da burocracia, da psicologia, da racionalidade e das instituições. Na esfera das Relações Internacionais, abordou-se a ascensão novos trabalhos que, com o fim da Guerra Fria e o 11 de Setembro, incorporaram a religião (e suas mediações) como variável explicativa. Viram-se também as inovações teóricas e a inclusão de novos elementos que sustentam a importância de fatores internos aos Estados e que ressaltam o papel de valores, crenças e ideias na conformação de políticas externas. Na área de política externa, propriamente dita, foram estudados os conceitos de identidade nacional e da abordagem cognitiva do Código Operacional. No que concerne à gestão da guerra, identificou-se a relevância da religiosidade e de suas mediações simbólicas para o problema da justificação e da moralidade da guerra, da cultura estratégica e do comportamento do combatente.

Dentre as abordagens analisadas, a preferida por este trabalho alinha-se mais a uma percepção eclética. Percebem-se pontos positivos em todos os enfoques. No campo amplo da tomada de decisão em políticas públicas é sustentado o argumento que religiosidade importa (i) influenciando a construção das funções utilitárias próprias à escolha racional, (ii) como elemento parte da decisão em ambientes de racionalidade limitada e (iii) influenciando a produção de instituições informais e formais que constroem a tomada de decisão política. O complexo ciclo que representa esta hipótese está representado na figura 1 (apresentado anteriormente).

No que concerne ao enfoque da racionalidade, percebemos a necessidade de se resgatar percepções mais amplas sobre o conceito. Não procede a noção do senso comum de que a racionalidade é oposta a crenças, valores e cultura individuais. De fato, a relação entre fatores simbólicos e a racionalidade pode ser resumida, de forma grosseira e simplificada, em três percepções centrais. A primeira é ligada ao enfoque ultrapassado do *homo economicus* e percebe a racionalidade como um sistema de maximização de vontades materiais em um ambiente surreal de informação completa, distante da estrutura simbólica

subjetiva. A segunda percepção é diretamente oposta ao ambiente idealizado pela primeira e entende que as decisões são tomadas em situações onde predominam a incerteza e a indeterminação dos resultados. Neste caso, os fatores simbólicos, os sentidos, as percepções sensoriais e psicológicas guariam as decisões individuais. A terceira percepção é mais a complexa e ignorada. Trata-se da definição weberiana de *Wertrationalität*, ou de *Weil-Motive* de Schütz, que indica uma racionalidade adequada a valores (Boudon e Bourricaud, 2007:455)<sup>99</sup>.

O que se procura aqui é advogar em prol da integração entre a segunda e a terceira opção. As percepções simbólicas subjetivas (incluindo a religiosidade) interferem tanto como guias à ação em momentos de incerteza e indeterminação de resultados, quanto na formação de preferências individuais próprias da escolha racional. Este tipo de abordagem envolve a necessidade de se tratar com teorias próprias da escolha racional (para se compreender as preferências e funções utilitárias dos indivíduos) e, ao mesmo tempo, com análises características do enfoque psicológico (para que se possam analisar com propriedade as decisões em momentos nos quais não se há certeza sobre o seu resultado).

Por outro lado, o neoinstitucionalismo nos demonstrou que as ações individuais e, principalmente, as coletivas não ocorrem de modo livre ou isolado de estruturas sociais. São interferidas por um ambiente institucional formal e informal que constringe opções, preferências e resultados das decisões. Entretanto, o diálogo ainda restrito entre as diversas correntes do neoinstitucionalismo faz com que suas te-

---

99 Para essa percepção as preferências racionais dos indivíduos incluem naturalmente uma estrutura de crenças, bem como percepções e valores sobre o mundo. Mesmo a abordagem institucionalista da escolha racional de Bondchek e Shepsle assume que “enquanto não se pode negar a forte influência de vontades materiais e econômicas nas preferências individuais, importantes fontes adicionais de preferências incluem valores religiosos, preceitos morais, disposições ideológicas, impulsos altruístas, e um senso de destino comum com uma família, um clã, uma tribo, grupo étnico, ou outra comunidade” (tradução nossa de Bondchek e Shepsle, 1997:16).

orizações estejam limitadas em alcance e capacidade explicativa. A convergência entre os diferentes enfoques é necessária.<sup>100</sup>

No âmbito teórico das RI percebe-se atualmente um movimento positivo de confluência. Nele vimos o institucionalismo ficar cada vez mais realista (Keohane e Nye, 1971 e 1977), o realismo ficar cada vez mais institucionalista (Rose, 1998; Zakaria, 1999; Schweller, 2003) e o marxismo se adaptar aos problemas das duas áreas até então dominantes (Cox, 1986; Brucan, 1974). Apesar de observar com bons olhos a nova gama de teorias do terceiro debate é necessário um pouco de ceticismo sobre a consistência teórica de algumas delas. Já no que concerne à área de análise de política externa, ressalta-se a importância de abordagens inovadoras como a do Código Operacional e a necessidade de produção de estudos com este tipo de ferramenta no Brasil (o que já é feito em larga medida nos EUA).

Por fim, no âmbito da gestão da guerra, aponta-se o amadurecimento da teoria da cultura estratégica, o seu retorno ao campo do realismo (Johnston, 1995) e as superações metodológicas realizadas (Snyder, 2002). Não obstante, pesquisas brasileiras que tratam sobre o tema são escassas, apesar de relevantes (Marques, 2008). Outros estudos raros e necessários são os que relacionam religião e milenarismo aos extremismos religiosos, à sustentação do totalitarismo político, e à justificação de suas guerras. Fica aberta a oportunidade a novos trabalhos nessas áreas incipientes, porém tendencialmente promissoras.

---

100 Um exemplo já realizado é o trabalho de Jack Knight (1992) que, ao propor o que chamou de Teoria da Barganha, teve de utilizar de uma abordagem neoinstitucionalista visivelmente eclética.

## Referências Bibliográficas

ALKER, H.. (1986), *The Presumption of Anarchy in World Politics*. Department of Political Science/MIT.

ALLISON, Graham. (1971), *The Essence of Decision*. Boston: Little, Brown.

ARMSTRONG, Karen. (2001), *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

BACHRACH, P. S. & BARATZ, M. S.. (1970), *Power and Poverty, Theory and Practice*. New York: Oxford University.

BARROS, Benedicto Ferri de. (1988), *Japão: a harmonia dos contrários - uma experiência humana singular*. São Paulo: T.A. Queiroz.

BENEDICT, Ruth. (2007), *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva.

BERGER, P.; LUCKMAN, Th.. (1966), *The Social Construction of Reality*. New York: Anchor.

BERGER, Peter L.. (1999), "The Desecularization of the World: a Global Overview", In: Berger, Peter L.. (ed.), *The Desecularization of the World. Resurgent Religion and World Politics*. Washington/Grand Rapids, Ethics and Public Policy Center/Eerdmans.

BONCHEK, Mark S.; SHEPSLE, Kenneth A.. (1997), *Analyzing Politics. Rationality, Behavior, and Institutions*. New York: W.W. Norton & Company.

BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. (2007), *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática.

BOULDING, Kenneth. (1956), *The Image*. Ann Arbor: The University

of Michigan.

BOULDING, Kenneth. (1990), *Three Faces of Power*. Newbury Park: Sage.

BRUCAN, Silviu. (1974), *La disolución del poder. Sociología de las relaciones internacionales y políticas*. México: Siglo XXI.

BURITY, Joanildo. “Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica”. VIII Congresso Latino-americano de Religião e Etnicidade. Pádua, Itália.

CAMPBELL, Joseph. (1990), *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena.

CAMPBELL, Joseph. (2004), *As máscaras de Deus: mitologia oriental*. São Paulo: Palas Athena.

CARR, Caleb. (2003), *A Assustadora História do Terrorismo*. São Paulo: Ediouro.

CLAUSEWITZ, Claus von. (2003), *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes.

COHEN, M.;MARCH, J.;OLSEN, J.. (1972), “A Garbage Can Model of Organizational Choice”. *Administrative Science Quarterly*, 17:1-25.

COULANGES, Numa Denys Fustel de. (1966), *A cidade antiga*. São Paulo: Edameris.

COX, Robert.. (1986), “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”, In: KEOHANE, R. O. (ed.), *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press, pp. 204-254. Onuf, 1989

CRENSON, M. A.. (1971), *The Unpolitics of Air Pollution: a study of non-decision making in the cities*. Baltimore: John Hopkins University.

CRESPI, Franco. (1997), *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Editorial Estampa.

CYERT, R. M.; MARCH, J.G. (1992), *A Behavioral Theory of the Firm*. New Jersey: Basil Blackerll, Oxf.

DAWSON, Doyne. (1996), *The Origins of Western Warfare: Militarism And Morality In The Ancient World*. Oxford, UK: Westview Press.

DENTON, Frank H.. (2003), *Knowing the Roots of War: analyses and interpretations of six centuries of warfare*. Collected Papers. Disponível na internet em <http://www.hawaii.edu/powerkills/WAR.ROOTS.HTML>

DIMAGGIO, P.; POWELL, W.W. (org.), (1991), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago and London: University of Chicago Press.

DOMKE, David. (2004), *God Willing? Political Fundamentalism in the White House, the "War on Terror," and the Echoing Press*. London: PlutoPress.

DOWNS, Anthony. (1967), *Inside Bureaucracy*. Boston: Little, Brown.

DROR, Y.. (1989), *Public Policymaking Reexamined*, 2 ed., New Jersey: Transaction Publishers.

DUNCAN, Peter J.S.. (2002), *Russian Messianism: Third Rome, revolution, Communism and after*. London: Routledge.

DUNNIGAN, James F.. (2003), *How to Make War: A Comprehensive Guide to Modern Warfare in the Twenty-First Century*. New York, HarperCollins Publishers.

DURAND, Gilbert. (1999), *O Imaginário*. São Paulo: Difel.

DURKHEIM, Émile. (1989), *As formas elementares de vida religiosa*.

São Paulo: Paulinas.

DYSON, Stephen Benedict. (2001), “Drawing policy implications from the ‘Operational Code’ of a ‘new’ political actor: Russian President Vladimir Putin”. *Policy Sciences* 34, Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers.

EISENSTADT, Shmuel Noah. (1998), *Japanese Civilization: Comparative View*. Chicago: The Chicago University Press.

ELIADE, Mircea. (2008), *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes.

ETÔ, Shinkichi. (1976), “Foreign Policy formation in Japan”. In: *JAPAN CENTER FOR INTERNATIONAL EXCHANGE*. The silent power: Japan’s identity and world role. Tóquio: Simul.

EVANS, Peter; RUESCHMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. (eds.), (1985), *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (2003), “Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Fevereiro, 18. (51), pp. 21-30.

FENG, Liu & ZHANG, Ruizhuang. (2006), “The typologies of realism”. *Chinese Journal of International Politics*, vol. 1, 109-134.

FINNEMORE, Martha. (1996), “Norms, Culture, and World Politics: Insights from Sociology’s Institutionalism”. *International Organization*, vol. 50, no. 2

FLIGSTEIN, Neil. (1990), *The Transformation of Corporate Control*. Cambridge: Harvard University Press.

FONSECA, Carlos da. (2007), “Deus Está do Nosso Lado: Excepção-

nalismo e Religião nos EUA”. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: vol. 29, n. 1, janeiro/julho, pp. 149-185.

FOX, Jonathan; SANDLER, Shmuel. (2004), “Bringing Religion Into International Relations”. *Series Culture and Religion in International Relations*. New York: Palgrave Macmillan.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. (2005), *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras.

GALBRAITH, J. K.. (1967), *The Affluent Society*. Harmondsworth: Penguin.

GAUCHET, Marcel. (2004), *Un monde désenchanté?* Paris. Les éditions de l’Atelier. 2004.

GAVENTA, John. (1980), *Power and Powerlessness, Quiescence and Rebellion in an Appalachian Valley*. Oxford: Clarendon.

GEERTZ, Clifford. (2001), *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GEORGE, Alexander L.. (1969), The “Operational Code”: A Neglected Approach to the Study of Political Leaders and Decision-Making. *International Studies Quarterly*, Vol. 13, No. 2.

GEORGE, Alexander L.. (1979), The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The Operational-Code Belief System. In: Falkowski, Lawrence S.. (ed.) *Psychological Models in International Politics*, Boulder, Colo: Westview.

GIDDENS, Anthony. (2001), *O Estado-nação e a violência: Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*. São Paulo: Edusp.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R.. (orgs.), (1993), *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political change*. Ithaca: Cornell Uni-

versity Press.

GOLDSTEIN, Judith. (1988), "Ideas, Institutions and American Trade Policy". *International Organization*, 42. (1), pp. 179-217.

GRAY, Colin S.. (1981) "National Style in Strategy: The American Example," *International Security*, 6: 21-47.

GRAY, Colin S.. (1999), "Strategic Culture as Context: The First Generation of Theory Strikes Back". *Review of International Studies*, 25: 49-69.

HAAS, E. B.. (1987), *Adaptation and Learning in International Organizations*. Berkeley, Institute of International Studies.

HALL, P. A.. (1986), *Governing the Economy – The Politics of State Intervention in Britain and France*. Oxford: Polity.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. (2003), "As Três Versões do Neo-Institucionalismo". *Lua Nova*, Nº 58.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. (2003), "As Três Versões do Neo-Institucionalismo". *Lua Nova*, Nº 58.

HALLIDAY, Fred. (1996), *Islam and the Myth of Confrontation: Religion and Politics in the Middle East*. London, New York: I.B. Tauris Publishers.

HANSON, Eric O.. (2006), *Religion and Politics in the International System Today*. Cambridge: Cambridge University Press.

HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (2002), *A Cultura Importa: os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record.

HASHIMI, Sohail H.. (1999), "Saving and Talking Life in War: Three Modern Views". *The Muslim World*, 89. (2):158-180.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. (1999), *Le Pèlerin et le converti. La religion en mouvement*. Paris, Flammarion.

HILL, Christopher. (2002), *The changing politics of foreign policy*. New York: Palgrave Macmillan.

HOBBSBAWM, Eric J. (1991), *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. (1997), *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOFFMAN, Mark. (1989), “Critical Theory and the Inter-Paradigm Debate”. In: DYER, H.; MANGASARIAN, L.. (eds.), *The Study of International Relations. The State of the Art*. London, Macmillan.

HOGWOOD, B. W. & GUNN, L. A.. (1984), *Policy Analysis for the Real World*. London: Oxford University.

HOLSTI, O. R.. (1977), *The “operational code” as an approach to the analysis of belief systems*. (Final report to the National Science Foundation, Grant SOC 75-15368), Durham, NC: Duke University.

HOLSTI, Ole R.. (1990), *The Structure of Foreign Policy Attitudes among American Leaders*. *The Journal of Politics*, Vol. 52, No. 1, Cambridge: University Press.

HUDSON, Valerie M. (2007), *Foreign policy analysis: classic and contemporary theory*. Rowman & Littlefield Publishers.

HUNTINGTON, Samuel P. (1993), “The Clash of Civilizations?”. *Foreign Affairs*, 72(3):22-49.

HUNTINGTON, Samuel P. (1996), *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster.

HUNTINGTON, Samuel P. (2004), *Who Are We?: The Challenges to America’s National Identity*. New York: Simon & Schuster.

HURD, Elizabeth Shakman. (2007), *The Politics of Secularism in International Relations*. Princeton: Princeton University Press.

JENKINS, W. I. (1978), *Policy Analysis: a political and organizational perspective*. London: Martin Robertson.

JERVIS, Robert. (1994), *Leadership, Post-Cold War Politics and Psychology*. *Political Psychology*, vol. 15, no. 4, Malden/Oxford: Blackwell.

JOHNSON, J. T. (1981), *The Just War Tradition and the Restraint of War*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

JOHNSON, J. T. (1999), *Morality and Contemporary Warfare*. New Haven, CT: Yale University Press.

JOHNSTON, A.I. (1995), "Thinking About Strategic Culture". *International Security*, 19, 4: 32–64.

JONES, David R.. (1990) "Soviet Strategic Culture," in C.G. Jacobsen. (ed.) *Strategic Power: USA/USSR*, New York: St Martin's Press, 35–49.

JUERGENSMEYER, Mark. (1993), *The New Cold War?*. Berkeley: University of California.

KAARBO, Juliet & HERMANN, Margaret G. (1998), *Leadership styles of prime ministers: how individual differences affect the foreign policymaking process*. *Leadership Quarterly*, Vol. 9 No. 3, Elsevier.

KATZENSTEIN, Peter. (ed.), (1978), *Between Power and Plenty*. Madison. University of Wisconsin Press.

KATZENSTEIN, Peter J. (ed.) (1996), *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.

KEOHANE, R. O.; NYE, J.. (1977), *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little, Brown and Company.

KEOHANE, R. O.; NYE, J.. (eds.), (1971), *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

KEOHANE, Robert O.. (1988), "International Institutions: Two Approaches". *International Studies Quarterly*, v. 32, n. 4, pp. 379-396.  
KIER, E.. (1997) *Imagining War: French and British Military Doctrine Between the Wars*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

KINGDON, John. (1984), *Agendas, alternatives, and public policies*. Boston: Little Brown.

KLEIN, Bradley S.. (1988), "Hegemony and Strategic Culture: American Power Projection and Alliance Defence Politics". *Review of International Studies*, 14: 133-48.

KNIGHT, Jack. (1992), *Institutions and Social Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.

KRASNER, Steven. (1978), *Defending the National Interest*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

KRATOCHWIL, Friedrich V. (1989), *Rules, Norms and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press.

KRATOCHWIL, Friedrich V. (2001), "Constructivism as an Approach". In: in: FIERKE, Karin M.; JOERGENSEN, Knud Erik. (eds.), *Constructing International Relations – The Next Generation*. New York: M.E. Sharpe, pp. 13-35.

LAKATOS, Imre. (1978), *História da Ciência e suas Reconstruções Racionais*. Lisboa: Edições 70.

LANTIS, Jeffrey S. (2005), *Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism*. *Strategic Insights*, Volume IV, Issue 10 (October 2005).  
LAPID, Yossef. (1989), "The Third Debate: On the Prospects of

International Theory in a Post-Positivist Era”. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 33, pp. 235-254.

LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. (1996), *The return of culture and identity in IR theory*. London: Lynne Rienner.

LAPLANTINE, François. (2003), *Penser anthropologiquement la religion*. In: *Anthropologie et Sociétés*. V. 37, N. 1.

LASSWELL, Harold D.. (1941), “The Garrison State”. *American Journal of Sociology*, 46: 455-68.

LASSWELL, Harold D.. (1948), *Power and Personality*. New York: W. W. Norton.

LASSWELL, Harold D.. (1956), *The Decision Process: seven categories of functional analysis*. College Park: University of Maryland.

LEBOW, Richard Ned. (2008), *A Cultural Theory of International Relations*. New York: Cambridge University Press.

LEGRO, J.W. (1994) “Military Culture and Inadvertent Escalation in World War II,”. *International Security*, 18: 108–42.

LEITES, Nathan. (1951), *The Operational Code of the Politburo*. New York: McGraw-Hill.

LEITES, Nathan. (1953), *A Study of Bolshevism*. Glencoe, Ill.: Free Press.

LINS DA SILVA, Eduardo. (org.), (2009), *Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos Estados Unidos*. São Paulo: Paz e Terra.

LORD, Carnes. (1985) “American Strategic Culture”, *Comparative Strategy*, 5: 269–93.

LUCKHAM, Robin. (1984), "Armament Culture". *Alternatives*, 10: 1-44.

LUKES, S.. (1974), *Power: a radical view*. London: Macmillan.

MAALOUF, Amin. (2007), *As cruzadas vistas pelos árabes*. São Paulo: Brasiliense.

MACK, R.. (1971), *Planning and Uncertainty*. New York: John Wiley.

MARCH, J.; OLSEN, J. P. (1989), *Rediscovering Institutions. The Organizational Basis of Politics*. New York: Free Press.

MARFLEET, B. Gregory. (200), *The Operational Code of John F. Kennedy During the Cuban Missile Crisis: A Comparison of Public and Private Rhetoric*. *Political Psychology*, Vol. 21, No. 3, Malden/Oxford: Blackwell.

MARQUES, Adriana A.. (2008), *Segurança Estatal, Cultura Estratégica e Doutrina Militar*. CPDOC-FGV/RJ, ABED 2008. Disponível na internet em <http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page3/files/aamarques.abed.2008.pdf>

MEYER, J. W. et al. (1983), "Ontology and Rationalization in the Western Cultural Account". In: MEYER, J. W.; SCOTT, W. R.. (ed.), *Organizational Environments. Ritual and Rationality*. Beverly Hills, CA: Sage.

MEYER, J. W.; ROWAN, B.. (1977), "Institutionalized Organizations. Formal Structure as Myth and Ceremony". *American Journal of Sociology*, 83, pp. 340-363;

MEYER, J. W.; SCOTT, W. R.. (ed.), (1983), *Organizational Environments. Ritual and Rationality*. Beverly Hills, CA: Sage.

MILNER, Helen. (1997), *Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations*. Princeton, Princeton University Press.

MILZA, Pierre. (1996), *Política Interna e Política Externa*. IN: RÉMOND, René. (org.), *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

NEUMANN, I.B.; HEIKKA, H.. (2005) "Grand Strategy, Strategic Culture, Practice: The Social Roots of Nordic Defence," *Cooperation and Conflict*, 40: 5–23.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. (2005), *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005; NORTH, Douglas C.. (1990), *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

NYE, Joseph S., Jr.. (1990), *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books.

NYE, Joseph S., Jr.. (2004), *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. NY: Public Affairs.

PALACIOS JR., Alberto Montoya Correa. (2009), *As Teorias das Guerras Preventivas e as Relações Internacionais*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa San Tiago Dantas. (UNESP/UNICAMP/PUC-SP),

PARSONS, Wayne. (1995), *Public Policy: an introduction to the theory and practice of policy analysis*. Cheltenham/Lyme: Edward Elgar.

PETERS, B. Guy. (1999), *Institutional Theory in Political Science*. New York: Continuum.

PETERS, B. Guy. (1999), *Institutional Theory in Political Science*. New York: Continuum.

PETITO, Fabio; HATZOPOLOUS, Pavlos. (2003), *Religion in International Relations: The Return from Exile*. New York: Palgrave Macmilan.

PIERSON, Paul; SKOCPOL, Theda. (2002), "Historical Institutionalism in Contemporary Political Science". In: KARTZNELSON, Ira; MILNER, Helen V., (ed.), *Political science: The state of the discipline*: New York/Washington: Norton/APSA, pp. 693-721.

POIS, Robert; LANGER, Philip. (2004), *Command failure in war: psychology and leadership*. Bloomington, IN: Indiana University Press.  
POSEN, Barry R.. (1984), *The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany between the World Wars*. Ithaca and London: Cornell University Press.

PUTNAM, Robert. (1988), *Diplomacy and domestic politics: the logic of two level games*. *International Organization*, Vol. 42, No. 3.

RISSE-KAPPEN, Thomas. (1997), "Between a New World Order and None: Explaining the Reemergence of the United Nations in World Politics". In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael. (orgs.), *Critical Security Studies*. Minneapolis: Minnesota University Press, pp. 255-298.

RODIN, David. (2008), "The Moral Inequality of Soldiers: Why jus in bello Asymmetry is Half Right". In: RODIN, David; SHUE, HENRY. *Just and Unjust Warriors: The Moral and Legal Status of Soldiers*. New York: Oxford University Press.

ROSATI, Jerel A. (1995), *A Cognitive Approach to the Study of Foreign Policy*. In: NEACK, Laura & HEY, Jeanne A. K. & HANEY, Patrick J. *Foreign Policy Analysis*, New Jersey: Prentice Hall.

ROSE, Gideon. (1998), *Neoclassical realism and theories of foreign policy*. *World Politics*, Vol. 51, No. 1.

ROSE, R.. (1973), "Comparing Public Policy: an overview". *European Journal of Political Research*, 1:67-94.

ROSENAU, James. (1969), *Linkage Politics*. New York: The Free Press.  
RUGGIE, John G.. (1986), "Continuity and Transformation in the World Polity: Toward a Neorealist Synthesis". In: KEOHANE, R..

(ed.), *Neorealism and its Critics*. New York, Columbia University Press, pp. 131-157.

SANCHEZ, Michelle Ratton; SILVA, Elaine C. G. da; CARDOSO, Evorah L.; SPÉCIE, Priscila. (2006), “Política Externa como Política Pública: Uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988)”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 27, p. 125-143, nov.

SANTOS, José Luiz dos. (1994), *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense.

SCHAFER, Mark & CRICHLOW, Scott. (2000), *Bill Clinton’s Operational Code: Assessing Source Material Bias*. *Political Psychology*, Vol. 21, No. 3, Malden/Oxford: Blackwell.

SCHWELLER, Randall. (2003), *The Progressiveness of Neoclassical Realism*. In.: ELMAN, Colin & ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Apraising the field*. Cambridge: BCSIA, pp. 311-347.

SIKKING, K. S.. (1991), *Ideas and Institutions: Developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca: Cornell University Press.

SIMON, Herbert A.. (1945), *Administrative Behaviour*. New York: Free Press.

SIMON, Herbert A.. (1957), *Models of Man: social and rational*. New York: John Wiley.

SNYDER, J.. (1977), *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. RAND R-2154-AF, Santa Monica, CA: The Rand Corporation.

SNYDER, J.. (1990) “The Concept of Strategic Culture: Caveat Empor,” in C.G. Jacobsen. (ed.) *Strategic Power: USA/USSR*, New York: St Martin’s Press, 3–9.

SNYDER, Jack L.. (1984), *The Ideology of Offensive: Military Decision Making and the Disasters of 1914*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

SNYDER, Jack L.. (2002), "Anarchy and Culture: Insights from the Anthropology of War". *International Organization*, v. 56, n. 1, p. 07-45, Winter.

SONDHAUS, Lawrence. (2006), *Strategic Culture and Ways of War*. New York: Routledge.

SOUZA, Celina. (2006), "Políticas Públicas: uma revisão da literatura". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, pp. 20-45.

SOYSAL, Yasemin. (1994), *Limits of Citizenship*. Chicago: University of Chicago Press.

STONE, Elizabeth. (2006), *Comparative Strategic Cultures*. Literature Review. (Part 1), Defense Threat Reduction Agency, Advanced Systems and Concepts Office.. Disponível na internet em [http://www.dtra.mil/documents/asco/publications/comparitive\\_strategic\\_cultures\\_curriculum/course%20materials/Stone%20LIT%20REVIEW%20-%20Final%20w%20Cover.pdf](http://www.dtra.mil/documents/asco/publications/comparitive_strategic_cultures_curriculum/course%20materials/Stone%20LIT%20REVIEW%20-%20Final%20w%20Cover.pdf)

STOUFFER, Samuel A. et al. (1949), *The American Soldier*. Princeton: Princeton University Press.

TERCHEK, Ronald J.; PIPER, Don. (1983), "Introduction: Foreign Policy as Public Policy". In: FEIGERT, Frank B.; PIPER, Don; TERCHEK, Ronald J. *Interaction: Foreign Policy and Public Policy*. Washington, DC: Enterprise Institute for Public Policy Research.

TIBI, Bassam. (2002), *The Challenge of Fundamentalism: Political Islam and the New World Disorder*. California: University of California Press.

TIBI, Bassam. (2007), "The Totalitarianism of Jihadist Islamism and

its Challenge to Europe and to Islam”. *Totalitarian Movements and Political Religions*, Volume 8, Issue 1 March, pp. 35 – 54.

TILLY, Charles. (1996), *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: Edusp.

TULLOCK, Gordon. (1976), *The Vote Motive: an essay in the Economics of Politics with applications to the British economy*. London: Institute of Economic Affairs.

TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

VERBA, G.; ALMOND, S.. (1963), *The Civic Culture*. Boston: Little Brown.

VICKERS, Geoffrey. (1983) [1965]. *The Art of Judgement: a study of policymaking*. London: Chapman & Hall.

WAEVER, Ole. (1996), “The rise and fall of inter-paradigm debate”. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. *International Theory: positivism & beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 149-187.

WALKER, Stephen. (1983), “The Motivational Foundations of Political Belief Systems: A Reanalysis of the Operational Code Construct”. *International Studies Quarterly*, 27, pp. 179-201.

WALKER, Stephen. (1990), “The Evolution of Operational Code Analysis”. *Political Psychology*, 11, pp. 403-418.

WALKER, Stephen G. (2003), *Operational Code Analysis as a Scientific Research Program: a cautionary tale*. In: ELMAN, Colin & ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Apraising the field*. Cambridge: BCSIA.

WALKER, Stephen G. & SCHAFER, Mark. (2000), *The Political Universe of Lyndon B. Johnson and His Advisors: Diagnostic and*

Strategic Propensities in Their Operational Codes. *Political Psychology*, Vol. 21, No. 3, Malden/Oxford: Blackwell.

WALLAS, Graham. (1948) [1908]. *Human Nature in Politics*. London: Constable.

WALTZ, Kenneth. (1959), *Man, State, and War*. (New York: Columbia University Press.

WALTZ, Kenneth. (1979), *Theory of International Politics*. Reading, Mass.: Addison-Wesley Publishing Company.

WEBER, Max. (1991), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. 5 ed. Brasília: UnB.

WEBER, Max. (2004), *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

WEIR, Margaret. (1989), “Ideas and Politics: the Acceptance of Keynesianism in Britain and the United States”. In: HALL, P. A.. (ed), *The Political Power of Economic Ideas*. Princeton: Princeton University Press, pp. 53-86.

WENDT, A.. (1992), “Anarchy Is What States Make of It”. *International Organization*, v. 46, pp. 391-425.

WILLIAMS, Robin M., Jr.. (1989), “The American Soldier: an assessment, several wars later”. *Public Opinion Quarterly*, 53:155-174.

YOUNG, K.. (1977), “Values in the Policy Process”. *Policy and Politics*, 5:1-22.

ZAKARIA, Fareed. (1999), *From wealth to power: the origins of America’s world role*. New Jersey: Princeton University.

ZUCKER, L.. (1991), “The Role of Institutionalization in Cultural Persistence”. DIMAGGIO, P.; POWELL, W.W.. (org.), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago and London:

University of Chicago Press.

MARCH, J.; OLSEN, J.. (eds). (1976). Ambiguity and Choice in Organizations. Ohio: Universitets-forlaget.

Recebido em 18/10/2012

Aprovado em 8/11/12